# Retratos do Mundo Contemporâneo

Este livro apresenta uma seleção de artigos escritos pelo autor nos últimos 15 anos para várias publicações, em especial para o jornal *Mundo – Geografia e Política Internacional*. Alguns desses artigos foram aqui reproduzidos porque mantiveram sua atualidade ou são atemporais; outros tiveram de ser atualizados. Os temas abordam questões geopolíticas, ambientais, econômicas e culturais do mundo e do Brasil e podem ser lidos independentemente da sequência em que estão apresentados.

O objetivo é que o leitor, que desconhece ou teve contato superficial com os assuntos contidos no livro, possa compreender melhor essa "metamorfose ambulante" que é o mundo contemporâneo.

Moderna

Nelson Bacic Olic

EDIÇÃO ESPECIAL

# Retratos do Mundo CONTEMPORÂNEO

Moderna

# SUMÁRIO

## Introdução

## Questões e visões do mundo atual


A civilização islâmica ..... 10
Alicerces e evolução da civilização ocidental ..... 14
A hegemonia dos Estados Unidos no mundo contemporâneo ..... 18
Iraque e Irã: semelhanças e diferenças ..... 22
Afeganistão: o país e suas guerras ..... 24
Os Estados Unidos e as outras potências ..... 32
Caxemira: conflito no "teto" do mundo ..... 33
África: novos conflitos, novos personagens ..... 36
A Chechênia, o Cáucaso e a Rússia ..... 39
A natureza, a história e as regionalizações da Europa ..... 44
A invenção dos Estados na África ocidental ..... 46
Terrorismo, a grande ameaça ..... 49
Aquecimento global acirra disputas no Ártico ..... 51
A Europa testa seus limites ..... 54
Geopolítica da Oceania ..... 58
Cenários prováveis para o Oriente Médio ..... 61
Petróleo e gás: um novo jogo na Ásia Central ..... 63
Energia e desenvolvimento ..... 67
A economia mundial e seus nervos de aço ..... 70
Estados Unidos e a América Central
a caminho da integração econômica ..... 74
Aquecimento global, a grande ameaça ..... 76
Água na Índia e na China: abundância ou escassez? ..... 78
Mar de Aral: uma catástrofe anunciada ..... 81
O alfabeto, as tempestades e os furacões ..... 84
Impactos ambientais na China ..... 86
"Tsunami": a onda mortal ..... 87
População mundial: previsões para o século XXI ..... 89
China: novas ameaças demográficas ..... 92
Fluxos migratórios contemporâneos ..... 94
Estados Unidos, potência demográfica ..... 98


## Aquarelas brasileiras


Agropecuária e espaço rural no Brasil ..... 104
América do Sul: integração a todo gás ..... 106
A geografia dos *Shopping Centers* no Brasil ..... 109
A bacia Platina e as relações Brasil – Argentina ..... 111
A questão nordestina: permanências e mudanças ..... 114
Amazônia: desmatamento e novas formas de ocupação ..... 118
Mudanças no mundo rural ..... 121
A polêmica transposição do São Francisco ..... 123
Os caminhos da soja ..... 126
Raízes das desigualdades sociais no Brasil ..... 131
Brasil: recursos hídricos e população ..... 134
Os rumos do comércio exterior ..... 135
Um quarto de século perdido ..... 138
Sul do Brasil: evolução demográfica ..... 140
Amazônia: dos fortes portugueses ao Sivam ..... 143
A polêmica sobre hidrelétricas na Amazônia ..... 147
O Brasil e a bioeletricidade ..... 150
Há conflito entre a produção de alimentos e combustíveis? ..... 153
São Paulo e a desconcentração concentrada da economia ..... 153
Bandeira, símbolo de identidade ..... 158

# QUESTÕES E VISÕES DO MUNDO ATUAL

Aquecimento global e as disputas no Ártico

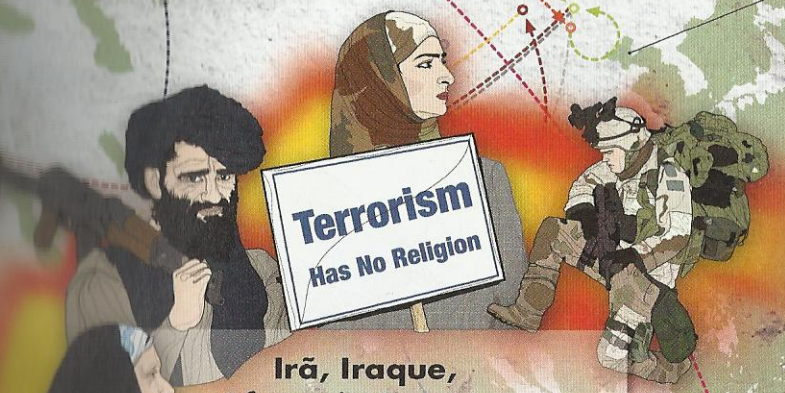
A hegemonia dos Estados Unidos no mundo contemporâneo

A natureza, a história e as regionalizações da Europa

Estados Unidos e América Central a caminho da integração econômica

África: novos conflitos, novos personagens

Petróleo e gás: um novo jogo na Ásia Central




Irã, Iraque, Afeganistão: prováveis cenários para o Oriente Médio

Geopolítica da Oceania

# A civilização islâmica

A área abrangida pela civilização islâmica, muçulmana ou maometana corresponde a todos os países do Oriente Médio (à exceção de Israel) e da África do Norte e a parcelas significativas do subcontinente indiano, da Ásia central (inclusive o noroeste da China) e do sudeste asiático (Indonésia e Malásia, principalmente). Além disso, sua influência projeta-se até alguns espaços da África subsaariana e do sudeste da Europa. Contudo, suas áreas nucleares correspondem ao Oriente Médio e à África do Norte. Atualmente, 62 países são reconhecidos como componentes dessa civilização.

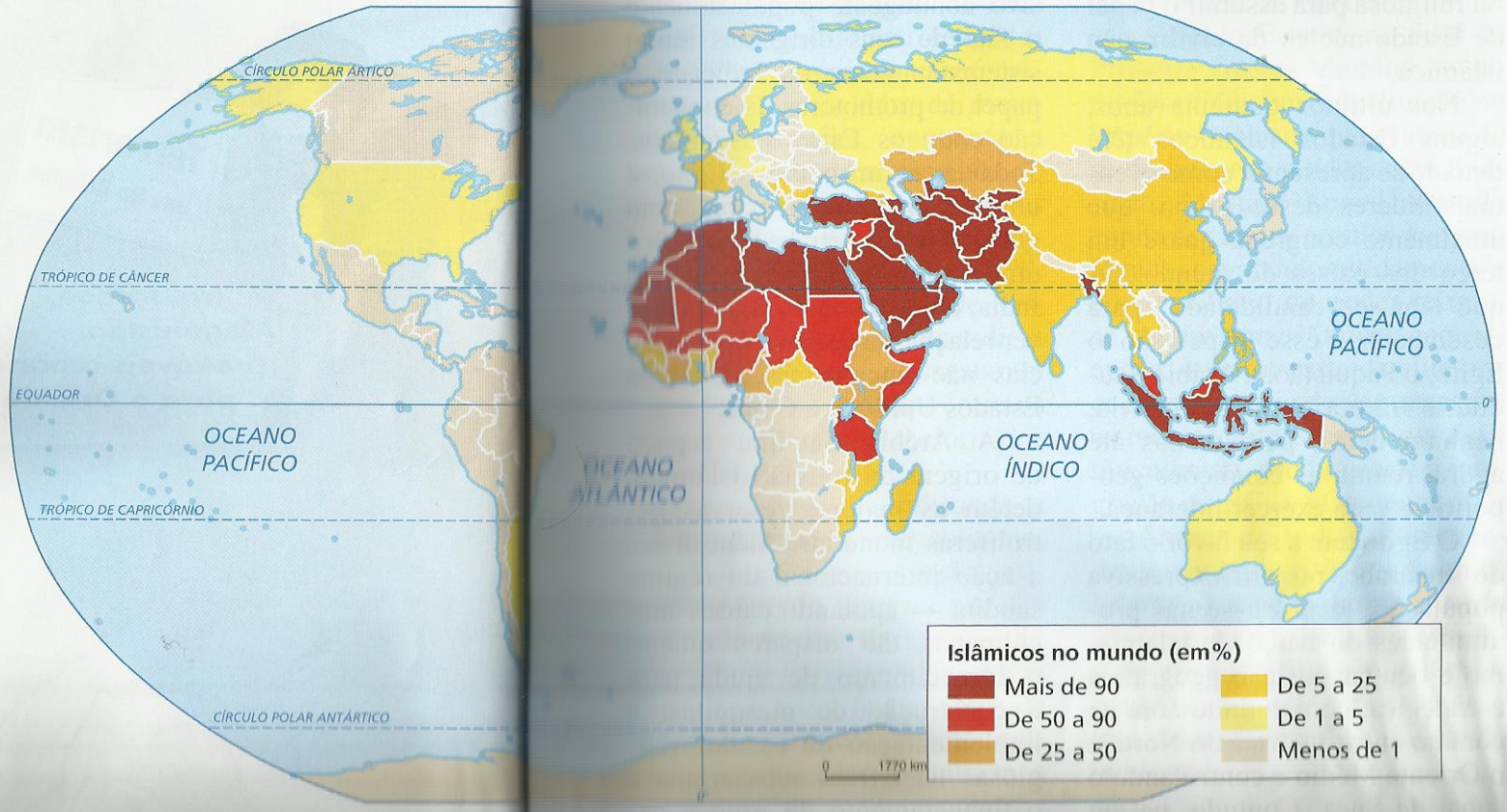
Seu elemento central é a região islâmica que, identifica a própria entidade cultural. Apesar de a civilização muçulmana ter-se originado no mundo árabe, ela se estende muito além dos seus limites.

Fundado no século VII por Maomé em territórios da península Arábica — que atualmente correspondem a terras da Arábia Saudita, onde estão as cidades santas de Meca e Medina —, o islamismo se expandiu rapidamente num processo de conquista e domínio de outros povos.

A concepção do islamismo como comunidade religiosa e política fez com que, no passado, os Estados-núcleos tivessem surgido apenas quando a liderança política e a religiosa se combinavam numa só instituição governante. A conquista árabe do Oriente Médio e da África do Norte, no século VII, deu-se com a formação do califado omíada; da Europa, no século seguinte, com o califado abássida e com califados secundários (Cairo e Córdoba), no século X. Cerca de quatro séculos mais tarde, os otomanos — após conquista de amplas áreas do Oriente Médio e da tomada de Constantinopla em 1453 — estabeleceram um novo califado. O domínio de áreas extensas do mundo muçulmano, inclusive aquelas de origem da religião, qualificou o Império Otomano como o Estado-núcleo do Islã.

A expansão da civilização ocidental europeia, especialmente a partir do século XVI, foi erodindo lentamente as bases de sustentação otomana. Mais tarde, já no início do século XX, quando a República da Turquia veio a substituir o desintegrado Império Otomano, o Islã deixou de ter um Estado-núcleo.

No Oriente Médio, os territórios perdidos pelos otomanos, em função dos acordos imple-




O mundo islâmico e os islâmicos do mundo

Fonte: Adaptado de *Atlas Géopolitique du Moyen-Orient et du Monde Arabe*, Editions Complexe, Paris, 1994, p. 62.

mentados ao final da Primeira Guerra Mundial, foram divididos e passaram a integrar os domínios coloniais da Grã-Bretanha e da França. As fronteiras artificiais criadas pelas potências europeias vencedoras do conflito geraram, nas décadas posteriores, Estados frágeis, idealizados segundo modelos ocidentais, estranhos às tradições islâmicas. Essa circunstância contribuiu para que nenhum país tivesse poder ou legitimidade cultural ou religiosa para assumir o papel de Estado-núcleo da civilização islâmica.

Nos últimos quarenta anos, alguns Estados islâmicos têm tentado se apresentar como eventuais líderes desse grupo, que atualmente congrega quase um terço dos países do mundo. Os que têm se "candidatado" para desempenhar esse papel são o Egito, o Paquistão, a Arábia Saudita, o Irã e a Turquia. Todavia, nenhum deles, pelo menos até agora, reuniu as condições geopolíticas para exercer liderança.

O Egito tem a seu favor o fato de ser árabe, possuir expressiva população, localizar-se nas proximidades do berço do islamismo e ocupar posição geográfica estratégica, constituindo área de contato entre a África do Norte e o Oriente Médio e controlando o canal de Suez. Contudo, pesam contra ele a pobreza, as grandes desigualdades sociais, a dependência econômica e militar em relação tanto aos países árabes ricos em petróleo como ao Ocidente. Os Estados Unidos consideram o Egito um de seus aliados mais importantes e confiáveis no mundo árabe-muçulmano e, por isso, o regime egípcio é olhado com desconfiança por setores de sua própria sociedade como também por vários países islâmicos.

O Paquistão apresenta, como condições favoráveis, um expressivo contingente populacional e o fato de seus dirigentes terem sistematicamente reivindicado o papel de promotores da cooperação entre os Estados islâmicos. Todavia, assim como o Egito, é um país ainda muito pobre, com graves divisões étnicas internas e uma rivalidade permanente com a Índia, o que o conduz a desenvolver relações especiais com potências não-muçulmanas, como os Estados Unidos e a China.

A Arábia Saudita, espaço de origem da religião islâmica, detém as maiores reservas petrolíferas mundiais. Além disso, a ação internacional do regime saudita — apoiando causas muçulmanas tão díspares quanto o fornecimento de ajuda para a construção de mesquitas, a implementação de escolas religiosas na África subsaariana e o financiamento de grupos extremistas islâmicos — conferiu



certo prestígio a esse reino quase feudal do golfo Pérsico. Entretanto, sua pequena população e sua vulnerabilidade geográfica fazem com que dependa do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos, para sua segurança contra os inimigos internos (a minoria xiita) e os externos (Iraque e Irã).

O Irã apresenta extensão territorial e população significativas, importantes tradições histórico-culturais e viabilidade econômica, em virtude de suas vastas reservas de petróleo. Mas a população iraniana não é árabe, e sim persa, além de majoritariamente xiita, enquanto a maior parte dos muçulmanos do mundo é sunita. Depois que os fundamentalistas islâmicos chegaram ao poder no Irã, em 1979, as exortações radicais de seu clero, no sentido de expandir a revolução religiosa, assustaram e geraram desconfiança entre os regimes políticos da maioria dos países muçulmanos.

Finalmente, reivindicando a liderança do mundo muçulmano, está a Turquia, herdeira do antigo Império Otomano e que foi o Estado-núcleo da civilização islâmica durante séculos. Além disso, tem a seu favor o fato de ser o único Estado a manter amplos vínculos com muçulmanos dos Bálcãs (Bósnia, Albânia, Bulgária), do Oriente Médio, da África do Norte e das antigas repúblicas soviéticas da Ásia central, como o Turcomenistão.

Mas ela tem contra si a profunda cooperação político-militar com o Ocidente, participando há mais de quarenta anos da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e almejando, há décadas, fazer parte da União Europeia. Uma hipotética liderança da república turca tem contra si, ainda, as opções políticas originais do Estado: no final da Primeira Guerra Mundial, quando foi criada em substituição ao Império Otomano que acabara de se desintegrar, o líder dessa transição, Mustafá Kemal Ataturk, conferiu caráter secular ao novo Estado, separando nitidamente o poder político do poder religioso. Assim como Ataturk naquela época, a maior parte da elite turca atual gostaria de ver apagadas as marcas do passado otomano e muçulmano, promovendo a integração do país ao Ocidente.

Apesar de tudo, e independentemente do país que venha a liderar o mundo islâmico, ou da ausência perene de um Estado-núcleo, a civilização islâmica constitui um desafio permanente à hegemonia da civilização ocidental.

# Alicerces e evolução da civilização ocidental

Após a intervenção norte-americana no Iraque, em 2003, cresceu em todo o mundo, especialmente no interior do mundo islâmico, sentimentos e movimentos antinorte-americanos e antiocidentais. Nesse contexto, retomou-se a discussão sobre o conflito de civilizações, tese desenvolvida nos anos 1990 pelo pensador norte-americano Samuel Huntington, em seu livro *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.*

Desde a Antiguidade, sangue, língua, religião e estilo de vida, entre outros fatores de menor importância, distinguem uma civilização de outra. Assim, uma civilização se diferencia de outra não só por suas características sociais, culturais e históricas, mas também pela identificação subjetiva das pessoas que se julgam a ela pertencer.

As civilizações não têm fronteiras estáticas. Os povos que as compõem podem redefinir suas identidades e, com isso, alterar a composição e os limites da civilização. Sem nenhuma dúvida, as civilizações são fenômenos históricos, sendo também as mais duradouras das associações humanas. Diferentemente dos impérios e dos Estados em geral, elas sobrevivem às convulsões políticas, sociais e econômicas. Elas existirão por mais tempo se permanecerem certas ideias fundamentais, em torno das quais sucessivas gerações se identificam.

As civilizações não são entidades políticas, mas podem conter em seu interior diversas unidades políticas. Estas, ao longo da história, foram cidades-estados, impérios, federações, confederações e Estados-nações e existiram sob as mais variadas formas de governo. Enquanto uma civilização evolui, ocorrem transformações na quantidade e na natureza das entidades políticas que delas fazem parte.

Muitas das civilizações atuais são compostas por mais de uma entidade política. Algumas delas possuem um Estado-núcleo ou país líder, caso da China para a civilização chinesa e da Índia para a civilização hindu. A chamada civilização ocidental sempre abrigou grande número de entidades políticas, mas pequeno número de Estados-núcleos, cuja influência variou ao longo do tempo.

Durante seu apogeu, entre os séculos XV e XVIII, o Império Otomano poderia ser considerado um Estado-núcleo da civilização muçulmana. Com sua posterior decadência e desaparecimento, no início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não houve mais um Estado-núcleo da civilização islâmica. Como as civilizações têm uma espécie de "ciclo de vida", muitas delas desapareceram ao longo da história, mas deixaram inúmeros vestígios de sua existência, cujos impactos culturais podem ser sentidos na atualidade. Por exemplo, não há nenhuma dúvida sobre a importância das civilizações grega e romana para a atual civilização ocidental.

Especialistas em estudos sobre civilizações têm opinião bastante diferente quanto ao número das civilizações que já existiram. Num aspecto, porém, todos concordam: existiram ao longo do tempo importantes civilizações que se localizaram em todos os continentes, envolvendo os mais diferentes étnicos. Isso elimina qualquer dúvida sobre o fato de que ser "civilizado" não é privilégio de um único grupo humano, cultura ou religião, nem permite imaginar que esse agrupamento tenha alcançado certo patamar de evolução civilizacional por se localizar numa determinada porção geográfica da superfície do planeta.

## A civilização ocidental

Originária da Europa, a civilização ocidental é herdeira das civilizações clássicas da Grécia e de Roma. Atualmente, além da Europa, fazem parte dela a América anglo-saxônica, a Austrália e a Nova Zelândia. De maneira geral, quando usado nos dias atuais, o termo "ocidental" designa fundamentalmente a Europa (especialmente a sua porção centro-ocidental) e a América anglo-saxônica. Todavia, não são poucos os que consideram a América Latina também pertencente à civilização ocidental, já que todos os atuais Estados dessa região foram colonizados por países da Europa Ocidental. Mas é também cada vez maior o número de especialistas que classifica a latino-americana como uma civilização com características distintas, especialmente devido às fortes influências culturais indígenas e negro-africanas. Da mesma forma, a Rússia e países de religião cristã ortodoxa da Europa oriental e Europa balcânica são considerados partes distintas da civilização ocidental, justamente em função de suas características culturais e das tradições históricas eslavas e ortodoxas.

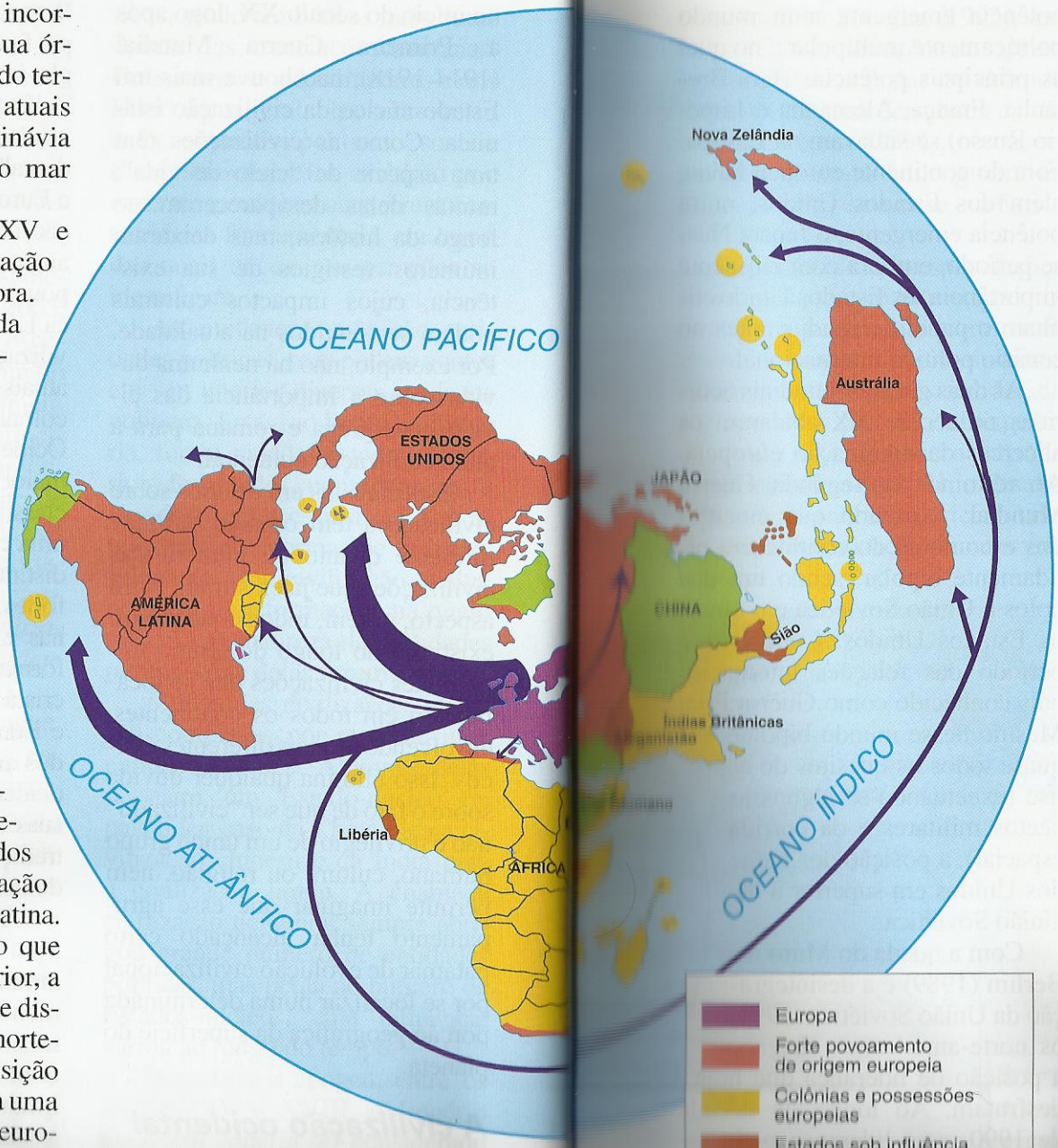
A civilização ocidental surgiu a partir dos séculos VIII e IX, mas, ainda por longo tempo, foi bem menos desenvolvida econômica e tecnologicamente, se comparada com outras, como a islâmica, a hindu e a chinesa.

Entre os séculos XI e XIII, época na qual ela estava restrita espacialmente à parte ocidental do continente europeu, começou

um processo gradativo de incorporação de novas áreas à sua órbita de influência, envolvendo territórios correspondentes às atuais Hungria, Polônia, Escandinávia e aos das proximidades do mar Báltico.

A partir dos séculos XV e XVI, a expansão da civilização ocidental foi avassaladora. Da chamada Reconquista da Península Ibérica, passando pelo ciclo da expansão marítima de Portugal e da Espanha, até aproximadamente a metade do século XVIII, a colonização mercantil europeia incorporou aos domínios da civilização ocidental todo o continente americano e parcelas territoriais consideráveis da Ásia.

No final do século XVIII e no início do XIX, houve retração da influência geopolítica europeia, com a independência dos Estados Unidos e, em seguida, a descolonização da maior parte da América Latina. Nessa época, talvez mais do que em qualquer momento posterior, a Europa e os Estados Unidos se distanciaram, pois a república norte-americana declarava sua oposição ao colonialismo e desenvolvia uma visão de mundo oposta à da europeia. A Doutrina Monroe, proclamada em 1823 e que tinha como frase-síntese "a América para os americanos", assinalava essa cisão que, ao longo do tempo, iria se mostrar temporária.




Um mundo eurocêntrico (1900)

Fonte: *Atlas des Européens*, Gerard Chaliand et Jean-Pierre Rageau, Fayard, Paris, 1969, p. 87.

A influência cultural e o poder geopolítico dos europeus renovaram seu ímpeto de expansão quando, na segunda metade do século XIX, quase todo o continente africano, que também já contava com possessões espanholas e portuguesas, foi incorporado aos impérios britânico, francês, alemão, belga e italiano. Na mesma época, consolidava-se o controle ocidental sobre o subcontinente indiano, a Indochina e outras partes da Ásia. Em 1874, mais de 65% das terras habitadas do planeta encontravam-se sob a influência direta da civilização ocidental, parcela que aumentou para cerca de 85% às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Durante sua secular e contínua expansão, os ocidentais virtualmente eliminaram as civilizações ameríndias. Além disso, as culturas indiana, islâmica e africana foram subjugadas, e a chinesa foi subordinada aos "desejos" ocidentais. Somente as civilizações japonesa, russa e etíope conseguiram, parcialmente, escapar ao ímpeto expansionista do Ocidente. As principais ideologias e doutrinas políticas dos séculos XIX e XX — o liberalismo, o anarquismo, o socialismo, o nazifascismo, o comunismo e o nacionalismo — foram produtos da civilização ocidental.

# A hegemonia dos Estados Unidos no mundo contemporâneo

Não há dúvida de que os Estados Unidos representam hoje a maior potência econômica, financeira, militar, tecnológica e cultural do planeta. Talvez, em nenhuma outra época da história da humanidade, um país tenha tido tanto poder quanto aquele que a nação norte-americana usufrui na atualidade.

Os Estados Unidos constituem-se, na atualidade, na única nação do mundo capaz de atuar em qualquer parte do mundo, de forma direta (com o uso de tropas) ou indireta (usando de pressões econômicas ou diplomáticas), onde seus interesses econômicos ou estratégicos estiverem porventura sendo ameaçados. As recentes intervenções no Afeganistão e no Iraque ilustram o primeiro tipo de atuação. As pressões sobre Cuba, Coreia do Norte e Irã exemplificam o segundo caso.

Todavia, esse domínio global dos Estados Unidos é fruto de uma evolução geopolítica peculiar. Assim, há cerca de cem anos, os Estados Unidos eram apenas uma potência emergente num mundo politicamente multipolar e no qual as principais potências (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Império Russo) se situavam na Europa. Fora do continente europeu havia, além dos Estados Unidos, outra potência emergente, o Japão. Nesse período, embora com crescente importância, os Estados Unidos tinham o papel de coadjuvantes no cenário político internacional.

As duas guerras mundiais ocorridas no século XX abalaram os alicerces da dominação europeia. Ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo que emergiu dos escombros do conflito era nitidamente bipolar, sendo um dos polos a União Soviética e o outro, os Estados Unidos. Começava o período das relações internacionais conhecido como Guerra Fria. Mesmo nesse mundo bipolar, em quase todos os quesitos de análise (excetuando-se alguns aspectos militares e da corrida espacial), a posição dos Estados Unidos era superior à da União Soviética.

Com a queda do Muro de Berlim (1989) e a desintegração da União Soviética (1991), os norte-americanos chegaram à posição de liderança que hoje desfrutam. Ao longo da década de 1990, essa liderança pode ser percebida na atuação dos Estados Unidos em importantes eventos políticos da década, como os que ocorreram na Somália (1992), nas tentativas de solução da Questão Palestina (acordos de Oslo de 1993 e 1995), na derrubada da ditadura do Haiti (1994), nos acordos que puseram fim à guerra na Bósnia (1995) e na crise em Kosovo (1999).

Quando se faziam especulações sobre qual país, no futuro, poderia desafiar a hegemonia norte-americana, a resposta quase unânime recaía sobre a China, considerada por muitos a potência emergente do século XXI. Todavia, a partir de 11 de setembro de 2001, o desafio à hegemonia norte-americana veio de uma organização fundamentalista islâmica, a Al-Qaeda (A Base) de Osama bin Laden.

O ataque aos Estados Unidos abriu um novo período nas relações internacionais. Em resposta à ação dos extremistas, o governo norte-americano declarou a chamada guerra ao terror, alertando que a luta seria longa e dura.

Em seguida, o governo norte-americano delineou sua estratégia inicial de combate, composta por três objetivos: capturar o líder da Al-Qaeda, destruir essa organização e derrubar o regime do Talibã no Afeganistão, que dava guarida ao grupo extremista de Osama bin Laden.

Presença militar dos Estados Unidos no mundo

Fonte: U. S. Department of Defense, Base Structure Report.

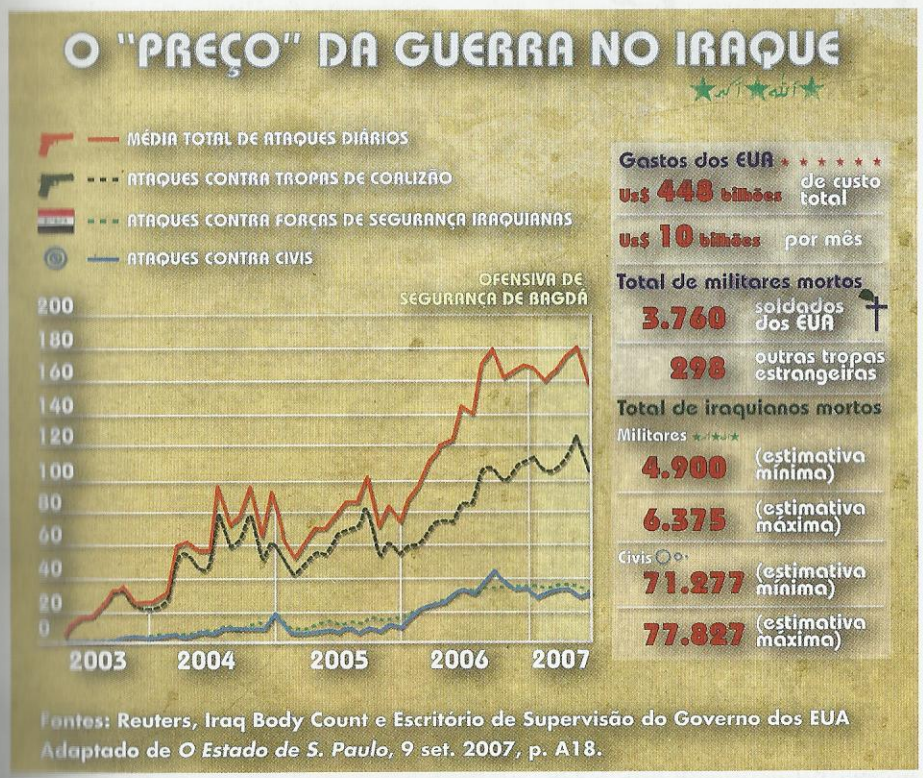
No início de 2002, a administração norte-americana definiu mais claramente a chamada doutrina preventiva ou Doutrina Bush. Nela definia-se o "direito" unilateral de os Estados Unidos atacarem qualquer país que representasse perigo à sua segurança, ou porque dessem apoio a grupos extremistas antinorte-americanos ou porque produzissem armas de destruição em massa que pudessem ser eventualmente repassadas a tais grupos. Nesse mesmo momento, o governo dos Estados Unidos definiu três países que poderiam ser alvo da doutrina preventiva: o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte, denominados países do "eixo do terror". A escolha do Iraque como primeiro alvo da guerra ao terror foi determinada por razões econômicas (dispor da segunda maior reserva conhecida de petróleo) e estratégicas (estar localizado no Oriente Médio, região politicamente sensível aos interesses norte-americanos).

A ação militar norte-americana, em março de 2003, foi desencadeada sem o aval das Nações Unidas. Essa ação não só abriu enormes fissuras entre o governo dos Estados Unidos e muitos de seus tradicionais aliados (França e Alemanha, especialmente) como afetou profunda e negativamente a imagem do país perante a comunidade internacional.

Cerca de dois meses depois, o governo norte-americano informava que as "grandes batalhas" do conflito haviam se encerrado. Todavia, se nas "grandes batalhas" cerca de 300 soldados norte-americanos haviam morrido, o número de vítimas das forças americanas, quase seis anos após, aproximava-se da cifra de quatro mil, mais 300 soldados das forças de coalizão, especialmente britânicas. Além disso, a situação interna no Iraque estava longe de estar pacificada.

No final de 2007, dois conflitos entrecruzados ocorriam no Iraque. Em um deles, forças de insurgentes compostas por iraquianos — mas também por voluntários islâmicos de diferentes países árabes do Magreb* e do Oriente Médio e de outros países não-árabes (Afeganistão e Paquistão, entre outros) — fustigavam as forças de ocupação, promovendo ataques e atentados suicidas quase cotidianos que não só aumentavam o número de baixas norte-americanas, mas principalmente de civis iraquianos.

O segundo conflito era uma guerra fratricida entre a majoritária população xiita (cerca de 60%) e a minoria sunita (cerca de 20% da população) que, até a derrubada do regime de Sadam Hussein, sempre manteve o domínio político no Iraque. Até o final de 2007, esses dois conflitos deram como saldo, segundo fontes do governo norte-americano, cerca de 75 mil vítimas civis. Fontes não oficiais estimam em pelo menos 200 mil.




O resultado de tudo isso revela um país em estado de dissolução, fato que pode ser avaliado pelos seguintes dados: cerca de dois milhões de refugiados internos e um número similar de refugiados externos espalharam-se pela Síria, Jordânia e Irã; a mortalidade infantil duplicou; cerca de 70% dos iraquianos não têm acesso à água potável; o desemprego atinge aproximadamente metade da população ativa; a criminalidade é altíssima; os sistemas de saúde, educação e infraestrutura estão em colapso. A convicção da maioria dos iraquianos é que a situação, que já era ruim na época de Sadam Hussein, piorou muito com a invasão.

Os desdobramentos do conflito sinalizam para tempos ainda mais incertos não só para o Iraque, mas também para os Estados Unidos, para o mundo árabe-muçulmano e, por extensão, para o resto do mundo.

* Palavra árabe que significa "Terra do Sol Poente" e que identifica três países do noroeste da África: Argélia, Marrocos e Tunísia.

# Iraque e Irã: semelhanças e diferenças

Os planejadores do Pentágono não confundem o Irã com o Iraque. Os dois países são muçulmanos e grandes produtores de petróleo, mas possuem diferenças marcantes. O Iraque é uma entidade política artificial criada pelo imperialismo britânico alguns anos após o final da Primeira Guerra Mundial. O Irã, herdeiro da antiga Pérsia, é um país milenar, com forte coesão cultural interna.

A geografia física tem impactos evidentes no planejamento militar. O Irã é quase quatro vezes maior que o Iraque, e seu meio natural é bem mais diversificado. Numa hipotética invasão do território iraniano, as forças invasoras precisariam se deslocar pelas regiões desérticas do planalto central e também por áreas montanhosas do norte e oeste do país.

Diferentemente do Iraque, país quase sem acesso ao mar, o Irã possui litorais "abertos" para o golfo Pérsico e para o oceano Índico, além de uma expressiva área costeira ao sul do mar Cáspio. Se essa característica geográfica teoricamente facilita o desembarque de tropas invasoras, ao mesmo tempo torna mais difícil vigiar extensas costas litorâneas, por onde as forças de defesa poderiam receber auxílio externo.

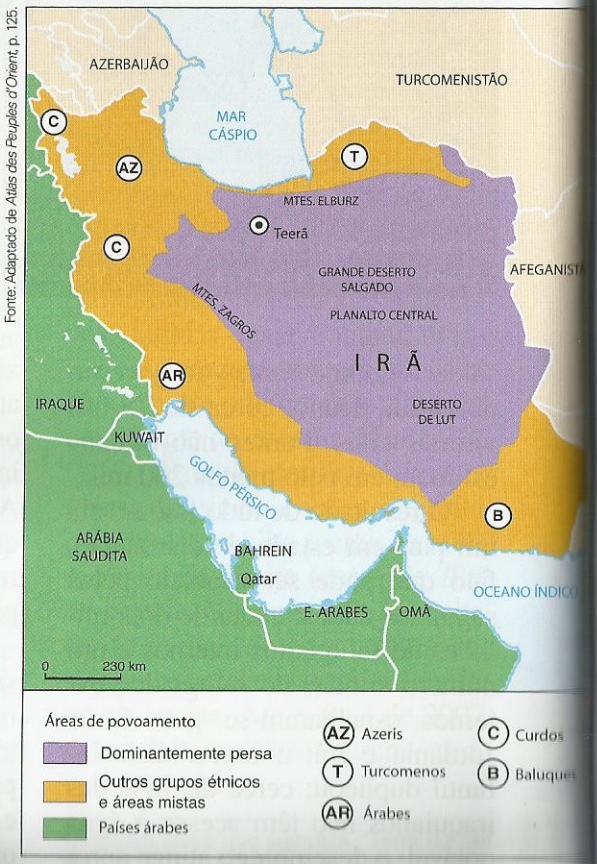
A demografia é outro fator fundamental. Com cerca de 70 milhões de habitantes, o Irã possui um efetivo demográfico quase três vezes maior que o do Iraque. Os iranianos de origem persa representam pouco mais da metade da população, que conta também com expressivas minorias (azeris, curdos, árabes, baluques e turcomenos). Mas, por baixo das diferenças étnicas, existe um nítido sentido de identidade nacional.

O Iraque é também um mosaico étnico e religioso formado por cerca de 60% de árabes xiitas, 20% de curdos e 20% de árabes sunitas. Desde a independência do país, os minoritários sunitas sempre estiveram no poder. Esses três grupos apresentam-se mais ou menos concentrados no território: os xiitas são dominantes no sul, os sunitas na porção centro-oeste e os curdos no norte. Rivalidades ancestrais, acentuadas pelo longo domínio sunita, separam as três comunidades. Os insurgentes, grupos que desde 2003 vêm fustigando as forças da coalizão comandada pelos Estados Unidos, são fundamentalmente sunitas.

No amplo e heterogêneo mundo muçulmano, o Irã caracteriza-se pelo predomínio absoluto da população xiita, que constitui cerca de 90% do total. A Revolução Iraniana de 1979 foi, antes de tudo, uma revolução xiita.

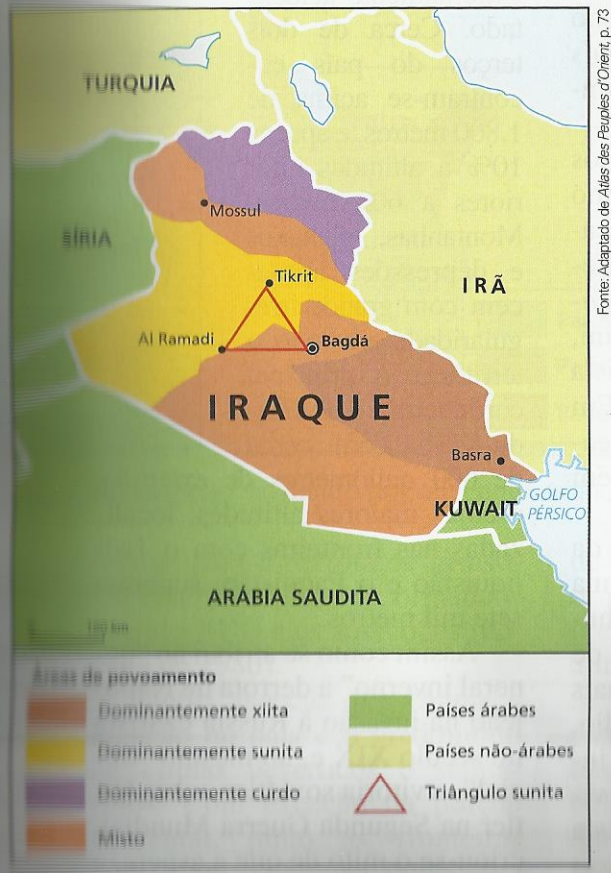
Sob a liderança do aiatolá Khomeini, o Irã tornou-se uma república islâmica na qual a legislação civil é submetida ao crivo da teocracia xiita. A revolução transformou o Irã no principal polo de difusão do xiismo e colocou o país na rota de colisão com os Estados Unidos e com os regimes pró-ocidentais da maior parte do mundo muçulmano. A disposição do governo iraniano em desenvolver seu programa nuclear vem acentuando ainda mais as divergências do país com os Estados Unidos e seus aliados ocidentais.

Fonte: Adaptado de *Atlas des Peuples d'Orient*, p. 125.




Irã: grupos étnicos

Fonte: Adaptado de *Atlas des Peuples d'Orient*, p. 73.




Iraque: grupos étnico-religiosos

# Afeganistão: o país e suas guerras

Desde 2001, quando os Estados Unidos lançaram um ataque para derrubar o regime dos talibãs no Afeganistão, acusado de dar abrigo ao líder e aos membros da Al-Qaeda, organização responsável pelos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono (11 de setembro de 2001), o país passou a frequentar com insistência as manchetes dos jornais.

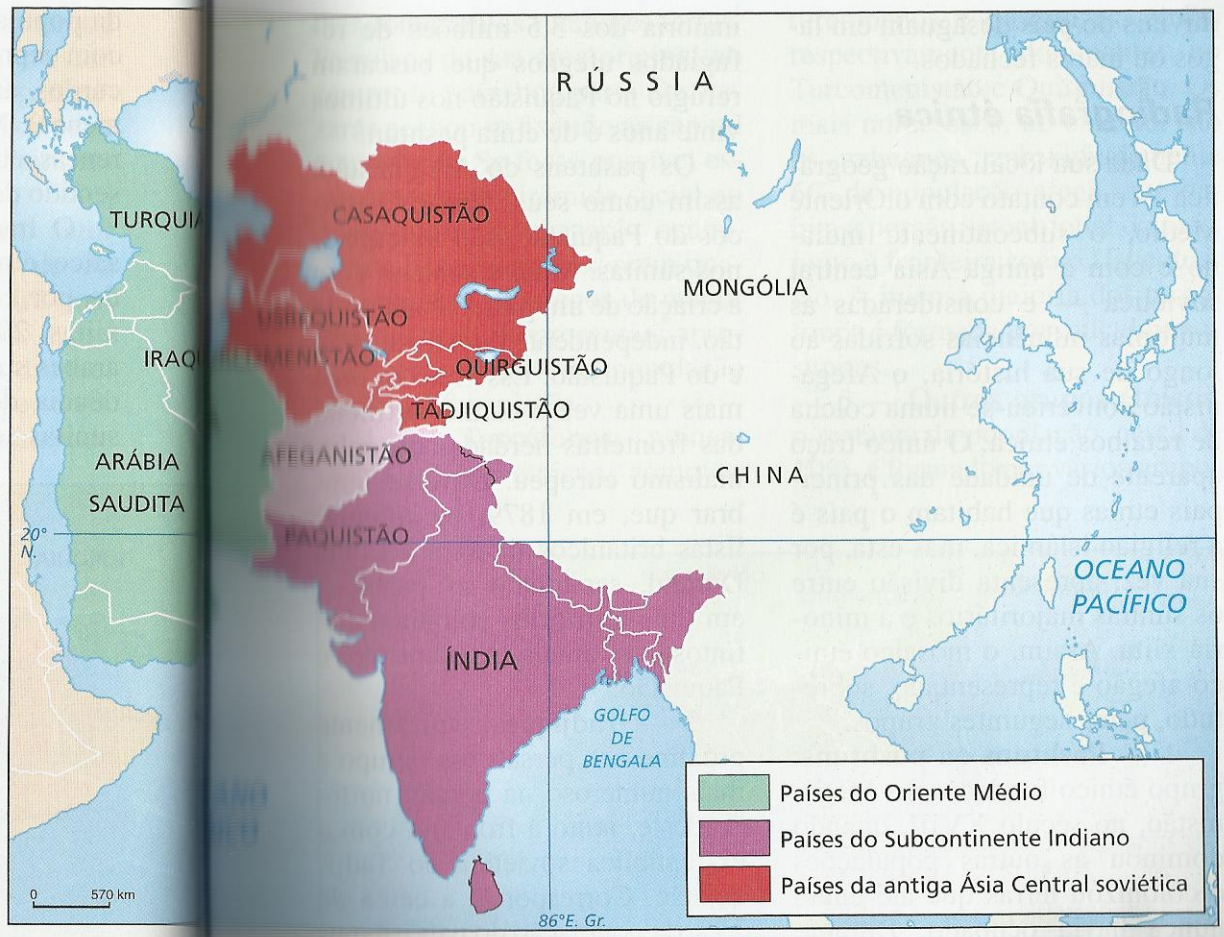
Mas, não foi só isso. Vários livros tendo o Afeganistão como tema começaram a ser publicados, criando uma espécie de "afeganomania" caso da obra *O caçador de pipas*, de Khaled Hosseini, por mais de cem semanas na lista dos mais vendidos no Brasil. Em seguida, o mesmo autor publicaria *A cidade do sol*, que também segue carreira de sucesso.

Situado em pleno coração da Ásia central, o Afeganistão é uma espécie de mosaico natural e humano e reúne características de três áreas asiáticas com as quais tem contato: o Oriente Médio, através do Irã; o subcontinente indiano, graças ao contato com o vizinho Paquistão; e a própria Ásia central, onde possui fronteiras comuns com o Turcomenistão, o Usbequistão e o Tadjiquistão, Estados que até 1991 faziam parte da extinta União Soviética.

Com cerca de 650 mil quilômetros quadrados (aproximadamente duas vezes o tamanho do Maranhão) e sem saída para o mar, o território afegão possui relevo extremamente acidentado. Cerca de dois terços do país encontram-se acima de 1.800 metros, e apenas 10% a altitudes inferiores a 600 metros. Montanhas, planícies e depressões aparecem com grande irregularidade em todo o território. A principal cordilheira é a do Hindu-Kush, com cerca de 600 quilômetros de extensão, e cujas maiores altitudes, localizadas nas fronteiras com o Tadjiquistão e o Paquistão, superam sete mil metros.

Assim como se atribui ao "general inverno" a derrota de Napoleão na invasão à Rússia czarista no século XIX e, ao mesmo "oficial", a vitória soviética sobre Hitler na Segunda Guerra Mundial, criou-se o mito de que a aspereza do relevo afegão teria sido fator crucial para a derrota de invasores externos, como os britânicos (século XIX) e os soviéticos (década de 1980).

Outro aspecto que chama a atenção no país é o predomínio de climas desérticos e semiáridos. Com exceção da porção ocidental, junto às fronteiras com o Irã, nenhuma outra área recebe mais que 500 milímetros de chuvas anuais. Curiosamente, o Afeganistão possui uma expressiva rede hidrográfica, que é alimentada pelo degelo das altas montanhas recobertas por neves eternas. É ainda significativo o fato de que, à exceção do rio Cabul, que corta a capital afegã e é afluente da margem direita do rio Indo (o mais importante do Paquistão), todos os demais cursos




Afeganistão: no centro do continente asiático

fluviais do país deságuam em lagos ou mares fechados.

## *Radiografia étnica*

Dada sua localização geográfica — em contato com o Oriente Médio, o subcontinente indiano e com a antiga Ásia central soviética — e consideradas as múltiplas influências sofridas ao longo de sua história, o Afeganistão converteu-se numa colcha de retalhos étnica. O único traço aparente de unidade das principais etnias que habitam o país é a religião islâmica, mas esta, por sua vez, apresenta divisão entre os sunitas majoritários e a minoria xiita. Assim, o mosaico étnico afegão é representado, sobretudo, pelos seguintes grupos:

1 — **Pashtuns** ou **pushtuns**: grupo étnico fundador do Afeganistão, no século XVIII, quando dominou as outras populações e colonizou terras que até então nunca havia ocupado. Durante muito tempo, o termo pashtun foi sinônimo de afegão. O Talibã, embora tentasse exprimir um movimento acima das diferenças de caráter étnico, era formado majoritariamente por pashtuns. Esse grupo étnico corresponde a cerca de 40% da população.

Um número bem maior de pashtuns habita há muito tempo o oeste do Paquistão, onde essa etnia é conhecida como patã. E, por conta das guerras, a imensa maioria dos 3,5 milhões de refugiados afegãos que buscaram refúgio no Paquistão nos últimos vinte anos é de etnia pashtun.

Os pashtuns do Afeganistão, assim como seus "irmãos" étnicos do Paquistão, são muçulmanos sunitas. Muitos sonham com a criação de um país, o Pashtunistão, independente do Afeganistão e do Paquistão. Esse fato reforça mais uma vez o caráter artificial das fronteiras herdadas do colonialismo europeu. Deve-se lembrar que, em 1879, os colonialistas britânicos fixaram a Linha Durand, separando os pashtuns em dois territórios coloniais distintos, os atuais Afeganistão e Paquistão.

2 — **Tadjiques**: etnicamente próximo aos persas, esse grupo é mais numeroso na porção nordeste, junto à fronteira com a ex-república soviética do Tadjiquistão. Corresponde a cerca de 25% da população do país e é muçulmano sunita. A Aliança Norte, que se opôs ao regime dos talibãs, era formada por grande número de indivíduos dessa etnia.

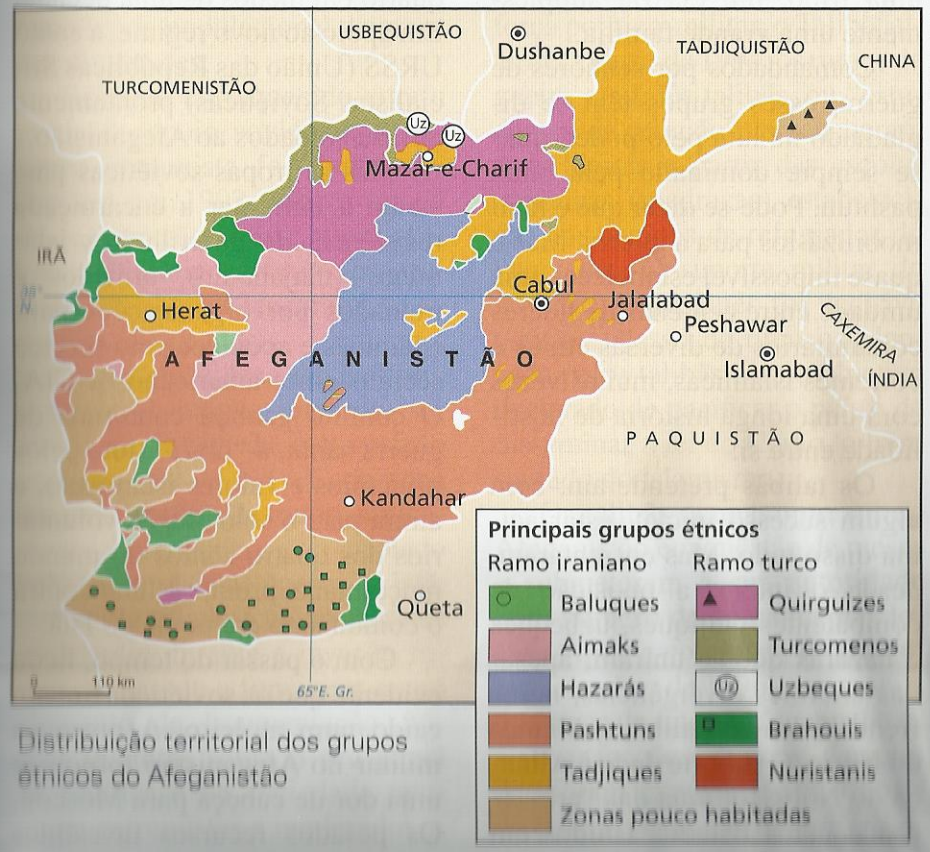
3 — **Hazarás**: descendentes de nômades mongóis que se instalaram no atual território afegão no século XIII, são muçulmanos xiitas e falam uma língua de origem persa. Usando como pretexto a luta contra os infiéis, os pashtuns submeteram os hazarás à força no final do século XIX e



lhes tomaram as melhores terras. Expulsos de sua área original no centro do país, boa parte dos hazarás acabou se fixando na capital e arredores. Se fosse possível estabelecer uma pirâmide social no Afeganistão, os hazarás ocupariam a base, já que exercem quase sempre os empregos de menor remuneração. Representam aproximadamente 20% da população total do Afeganistão.

4 — **Turcófonos**: reúnem vários grupos étnicos, como os turcomenos e quirguizes, etnias respectivamente dominantes no Turcomenistão e Quirguistão. Os mais numerosos, no entanto, são os uzbeques, aproximadamente 6% da população afegã, que habita a porção setentrional do país, junto à fronteira com o Usbequistão. A imensa maioria dos turcófonos é formada por muçulmanos sunitas.

5 — **Outros grupos étnicos**: o restante da população, cerca de 10%, é formado por vários grupos




Distribuição territorial dos grupos étnicos do Afeganistão

étnico-nacionais. Dentre eles destacam-se os aimaks, os nuristanis e os baluques — estes últimos, presentes não só no Afeganistão como no Irã e no Paquistão. Há movimentos que lutam pela criação de um Baluquistão independente, reunindo baluques dos três países.

Para tornar a situação ainda mais complexa, as tradicionais divisões étnicas são acentuadas por rivalidades tribais. Cada afegão sente-se mais ligado a um grupo comunitário, que pode ser uma tribo, um clã ou simplesmente uma grande família.

Comandados por senhores de guerra, esses grupos têm se digladiado na luta pelo poder, quase sempre dominado pela etnia pashtun. Pode-se dizer que é fácil mobilizá-los para a guerra. Mas é quase impossível estabelecer uma unidade entre centenas de líderes comunitários de diversas etnias e correntes islâmicas, muitas vezes com uma longa história de hostilidade entre si.

Os talibãs pretenderam, com algum sucesso inicial, estar acima disso tudo. Mas enfrentaram, desde o início, a oposição de combatentes tadjiques, uzbeques e hazarás que se uniram, apesar das enormes divergências, numa frente única antitalibã, a Aliança do Norte. O suporte dado à Aliança do Norte foi uma das "armas" usada pelos Estados Unidos em 2001 para derrotar de forma mais rápida o Talibã.

## Da invasão soviética (1979) à guerra fratricida (2001)

O drama afegão teve início em plena Guerra Fria, motivado pela lógica de expansão das áreas de influência do socialismo e do capitalismo no mundo. Em dezembro de 1979, comunistas simpáticos a Moscou deram um golpe de Estado no Afeganistão — o quarto em menos de uma década. Em apoio ao novo regime, a então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) prontamente enviou soldados ao Afeganistão.

Mas as tropas soviéticas passaram a enfrentar a encarniçada resistência de guerrilheiros islâmicos (mujahedin), armados e treinados por organizações pan-islâmicas e apoiados pelo serviço secreto norte-americano, a CIA. O conflito ganhou contornos de guerra santa, a "jihad" (luta pelos princípios e valores islâmicos), e atraiu para o solo afegão voluntários dos quatro cantos do mundo muçulmano, prontos a lutar contra o comunismo em nome do Islã.

Com o passar do tempo, ficou evidente que os soviéticos tinham caído num atoleiro. A presença militar no Afeganistão tornou-se uma dor de cabeça para Moscou. Os pesados recursos investidos na operação chocavam-se com a impotência do Exército Vermelho frente às táticas de guerrilha dos mujahedin. Depois de dez anos de uma ocupação custosa e infrutífera, os últimos soldados soviéticos deixaram o Afeganistão em 1989, pondo fim à intervenção que entrou para história como o maior fiasco militar da URSS.

O balanço da ocupação registrou a morte de treze mil soldados soviéticos e de quase um milhão de afegãos, em sua maioria civis. Cerca de cinco milhões buscaram refúgio no Irã e no Paquistão, num êxodo populacional de grandes dimensões.

Bastante enfraquecido com a perda do apoio soviético, o governo comunista foi finalmente deposto em 1992. Mas a queda do regime não trouxe a paz. Livres do inimigo comum, os grupos guerrilheiros lançaram- se na disputa pelo poder.

Nessa nova fase do conflito, o território afegão implodiu segundo as linhas da composição populacional do país. Cada zona era uma espécie de feudo, etnicamente homogêneo e controlado pelo seu senhor de guerra. O Islã, que havia selado a união entre os mujahedin durante a invasão soviética, passou a funcionar como elemento de fragmentação. Visões distintas sobre o seu papel na política e na sociedade opunham extremistas e moderados.

As duas principais facções em luta — o Hezb-e-Islami, essencialmente pashtun, e o Jamiat-e-Islami, com forte presença dos tadjiques — representavam respectivamente, as duas tendências. Nenhum dos dois, porém, conseguiu se impor militarmente. Seus chefes tentaram formar um governo de coalizão, ponto central do acordo de paz de 1993, mas a experiência fracassou.

## A "era" dos talibãs

O aparecimento de uma nova força político-militar, o Talibã, alterou, a partir de 1994, os rumos da guerra civil. Os talibãs, ou "estudantes de religião", preencheram suas fileiras a partir das escolas corânicas (madraças) estabelecidas nos campos de refugiados do Paquistão. O suporte militar do governo paquistanês foi decisivo para o sucesso da ofensiva, lançada pelos talibãs com o objetivo declarado de pacificar o país e de disseminar a lei do Corão, o livro sagrado do islamismo.

Os talibãs ocuparam o sul do Afeganistão em questão de meses e submeteram à sua autoridade bom número de comandantes locais. Após a conquista de Cabul, em setembro de 1996, passaram a governar de fato o Afeganistão.

As facções étnicas derrotadas foram expulsas para o norte do país. Apesar das divergências,

acabaram formando uma frente única de combate aos talibãs, a Aliança do Norte. Em agosto de 1998, porém, o Talibã tomou o quartel-general da aliança nortista, a cidade de Mazar-e-Sharif, ampliando seu domínio para cerca 90% do território do país.

À medida que ganhava poder, o Talibã ampliava também o radicalismo do regime, empenhado que estava em transformar o país numa teocracia islâmica "pura". O regime proibia ouvir música, tirar fotografias, ver televisão, cinema ou vídeo, brincar com bonecas, soltar pipas, raspar a barba e ingerir bebidas alcoólicas. Não permitia que as mulheres trabalhassem, nem que saíssem de casa desacompanhadas de alguém do sexo masculino, nem que expusessem qualquer parte do corpo feminino.

A crescente oposição da comunidade internacional aos métodos do Talibã transformou-se em indignação no início de 2001. Como parte de uma campanha para eliminar todos os objetos de idolatria no país, o governo destruiu duas gigantescas estátuas de Buda, obras tombadas como Patrimônio da Humanidade pela ONU.

Ao mesmo tempo, o Talibã rendeu-se ao lucro fácil do narcotráfico. Segundo o Pnucid (Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional das Drogas), o Afeganistão tornou-se o maior produtor mundial de ópio em meados dos anos 1990. As culturas de papoula (matéria-prima do ópio e da heroína) encontravam-se em zonas sob o controle dos talibãs, e uma taxa de 20% era cobrada sobre todo o carregamento que deixava o país.

## O alvo da guerra ao terror

As constantes violações aos direitos humanos e o envolvimento com o narcotráfico atraíram críticas severas da comunidade internacional. O regime do Talibã sequer ganhou o reconhecimento da ONU (Organização das Nações Unidas).

O cerco externo ao Afeganistão começou para valer quando o Talibã deu abrigo ao saudita Osama bin Laden, o terrorista mais procurado pelos Estados Unidos, que o acusavam de promover, no início de 1998, atentados contra embaixadas norte-americanas na África e de patrocinar uma rede mundial de terrorismo antiocidental a partir de bases no Afeganistão.

Em represália aos ataques contra suas embaixada na África, os Estados Unidos lançaram mísseis contra o Afeganistão, em meados de 1998. No ano seguinte, a ONU impôs sanções limitadas ao país, para pressionar a extradição de Bin Laden a um tribunal internacional — o que o Talibã se negou a fazer.

As suspeitas sobre a autoria dos ataques terroristas contra o World Trade Center, em Nova York, e contra a sede do Pentágono, em Washington, em 11 de setembro de 2001, recaíram diretamente sobre Bin Laden e sua rede terrorista, a Al-Qaeda. Diante da negativa do regime do Talibã em entregá-lo para ser julgado, forças anglo-americanas começaram a bombardear o Afeganistão no início de outubro. O Paquistão, até então aliado dos talibãs, mudou de lado e decidiu apoiar os Estados Unidos na ofensiva antiterror, em troca de ajuda econômica.

Os ataques aéreos destruíram a infraestrutura militar do Talibã e fortaleceram a Aliança do Norte que, sempre com o suporte anglo-americano, avançou pelo país até a tomada da capital, Cabul, em meados de novembro. A fuga do mulá Omar, o líder máximo do regime, no início de dezembro, selou o fim da era Talibã no Afeganistão.

Um governo de transição comandado pelo líder moderado pashtun Hamid Karzai foi empossado no final de dezembro e confirmado no poder em meados de 2002 por uma Loya Jirga — conselho de notáveis, formado por líderes tribais, autoridades religiosas e anciãos.

Apesar da troca de governo no Afeganistão, a ofensiva dos Estados Unidos teve êxito apenas parcial. Bin Laden e o mulá Omar não foram capturados, e seus paradeiros permaneciam desconhecidos até o final de 2007, desafiando o enorme contingente militar mobilizado em toda a região com o único objetivo de capturá-los.

Por fim, vale ressaltar um aspecto econômico. Embora o Afeganistão não apresente atualmente riquezas naturais de vulto que possam ser exploradas, o país pode vir a se constituir numa das opções do traçado de oleodutos que escoariam os hidrocarbonetos cada vez mais explorados em torno do mar Cáspio, especialmente o gás natural e o petróleo produzido na antiga república soviética do Turcomenistão. Para alguns especialistas, estariam em torno do Cáspio jazidas potencialmente muito promissoras. Como o Afeganistão é um país interior, os eventuais gasodutos e oleodutos teriam seu terminal em portos do Paquistão.

Para que o escoamento dessas riquezas através da "rota afegã" ocorra sem sobressaltos, é fundamental para as empresas transnacionais de petróleo norte-americanas e europeias que o Afeganistão esteja "devidamente pacificado".

# Os Estados Unidos e as outras potências

O cenário político internacional da atualidade caracteriza-se pela sucessão de tensões geopolíticas que, em seu conjunto, cria choques múltiplos de interesses, tanto de competição quanto de contenção.

De um lado, temos tensões geopolíticas entre a hiperpotência e três importantes atores da política internacional, que são a União Europeia, a China e a Rússia. Essas três "entidades" políticas, quase sempre por motivos diferentes, desenvolvem estratégias no sentido de conter a hegemonia norte-americana.

A União Europeia, a Rússia e a China têm grande importância internacional, ambicionam um mundo multipolar e pretendem desempenhar papéis mais relevantes nos assuntos internacionais. Cada um deles procura ser reconhecido como parceiro estratégico importante pelos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, desenvolvem estratégias políticas anti-hegemônicas para "multilateralizar" posturas norte-americanas, usando como foro dessa estratégia o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A ONU adquiriu uma nova importância no mundo atual. As grandes potências precisam do Conselho de Segurança, para formalizar posições comuns e, ao mesmo tempo, evitar certos impulsos não desejáveis da hiperpotência. Paradoxalmente, os Estados Unidos também precisam da ONU no sentido de que ela funcione como fonte de legitimidade de suas ações.

Por isso, o governo norte-americano não pode fazer tudo o que quer e do modo como quer, fato confirmado quando o país não obteve o apoio da ONU na invasão do Iraque em 2003. No Conselho de Segurança, apenas a sempre fiel Grã-Bretanha endossou as ações dos Estados Unidos (Rússia, China e França colocaram-se contra).

Além do mais, deve-se destacar que em várias regiões do mundo existem países de "média expressão" internacional que procuram aumentar sua importância. Entre eles estão o Brasil e a Argentina, principalmente em relação à América do Sul; o México e a Venezuela, à América Central; o Egito, no que tange ao mundo árabe do norte da África; Nigéria à África ocidental; República Sul-Africana, quanto à África meridional; a Índia, Paquistão, Indonésia e Japão, ao sul, sudeste e leste asiáticos.

# Caxemira: conflito no "teto" do mundo

A Caxemira é uma região histórico-geográfica cujos limites não são muito precisos e situa-se no contato entre a Ásia central fundamentalmente muçulmana e os mundos indiano e chinês. Com território de aproximadamente 220 mil km² (pouco menor que o estado de São Paulo), abriga cerca de dez milhões de habitantes e está dividida entre a Índia, o Paquistão e a China. Na prática, ela é constituída por um conjunto heterogêneo de seis entidades bem distintas, no interior das quais as realidades políticas, étnicas, religiosas e linguísticas são bastante variadas.

A chamada Caxemira "indiana" corresponde ao estado de Jammu-Caxemira, tem pouco mais de 100 mil km², população de aproximadamente 6,5 milhões e é o único estado da Índia onde a maioria da população, cerca de 85%, é constituída por muçulmanos. Desde o final da década de 1980, a região tem sido palco de movimentos separatistas particularmente violentos.

Essa parte da Caxemira pode ser dividida em três regiões distintas. A primeira delas corresponde ao vale do rio Jhelum, núcleo histórico da Caxemira, onde se localiza a cidade de Srinagar, sua capital e principal cidade. A população dessa área é estimada em três milhões, e os muçulmanos de rito sunita correspondem a mais de 90% do efetivo populacional regional.

A segunda é a região de Jammu, situada na parte meridional da Caxemira, vizinha ao estado indiano do Punjab. É uma área nos contrafortes do Himalaia, povoada por quase três milhões de pessoas, das quais aproximadamente dois terços professam o hinduísmo. A terceira área da Caxemira indiana é conhecida como Ladakh e corresponde a uma região muita acidentada, fracamente povoada (cerca de 150 mil habitantes), cujos habitantes, em sua maioria, são de cultura tibetana e professam o budismo. Existe ainda nessa área uma significativa minoria muçulmana.

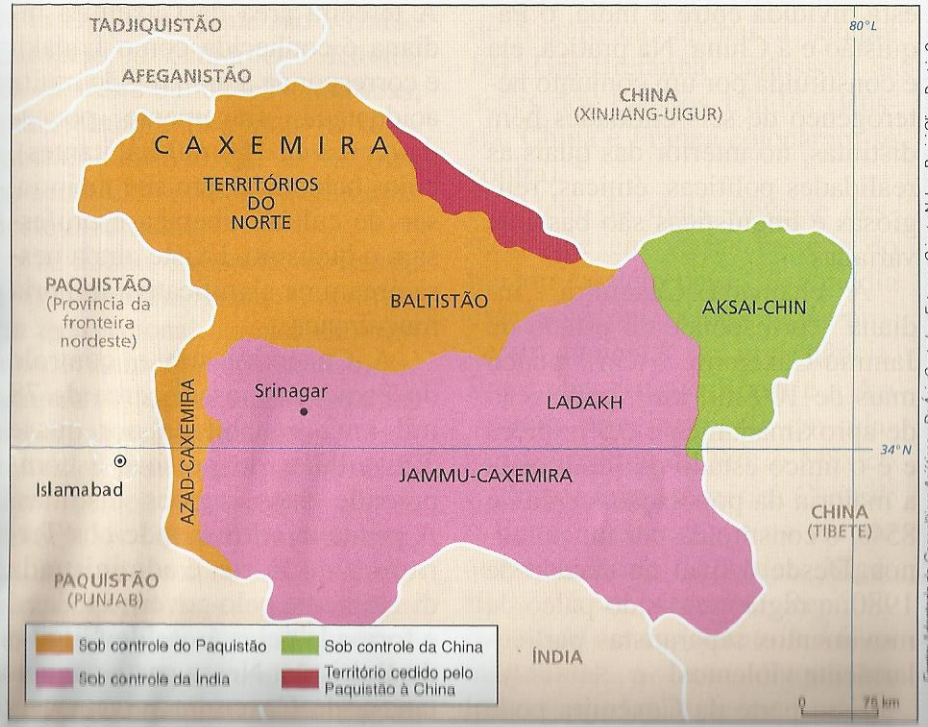
A Caxemira sob o controle do Paquistão possui cerca de 78 mil km², é habitada por quase 3,5 milhões de pessoas e compreende duas regiões distintas. A primeira corresponde aos Territórios do Norte, é administrada diretamente pelo governo federal e formada pelas áreas de Gilgit e do Baltistão. Nessa parte paquistanesa da Caxemira, vivem cerca de 600 mil pessoas, a maioria

formada por muçulmanos de rito xiita.

A segunda área da Caxemira paquistanesa é conhecida como Azad-Caxemira (Caxemira Livre), com extensão de 13 mil km² e população pouco inferior a três milhões de pessoas. Em sua maior parte, são muçulmanos xiitas. Ela tem condição político-administrativa muito peculiar: dispõe de Constituição e parlamento próprios, é dirigida por um primeiro-ministro e beneficia-se de autonomia relativa em relação aos poderes legislativo, executivo e judiciário. Todavia, os aspectos ligados à defesa, relações exteriores e finanças são de responsabilidade exclusiva do governo do Paquistão.

Por fim, a Caxemira chinesa, com pouco mais de 40 mil km², tem apenas alguns milhares de habitantes e corresponde quase totalmente à área conhecida como Aksai-Chin. Pertencente à região autônoma do Tibete chinês é uma zona historicamente ligada à influência tibetana. Parte dessa região foi conquistada pela China à Índia em 1962.

A Índia defende uma concepção de Caxemira bastante ampla,




Fonte: Adaptado de *Geopolíticas Asiáticas - Da Ásia Central ao Extremo Oriente*, Nelson Bacic Olic e Beatriz Canepa. São Paulo, Moderna, 2007, p. 48.

Caxemira geopolítica



levando em conta considerações de ordem histórica. A Índia entende como Caxemira a totalidade dos territórios administrados pelo marajá da Caxemira no século XIX, monarca que obteve tais territórios por herança (Jammu), por compra (vale do Jhelum) e por conquista militar (Ladakh e Baltistão). Dentro dessa concepção geográfica mais ampla, o país reivindica a totalidade do território caxemir, inclusive as partes que atualmente estão sob o controle do Paquistão e da China.

Já o Paquistão tem uma concepção geográfica mais limitada que repousa sobre considerações socioculturais nas quais tenta estabelecer ligação direta entre a identidade nacional caxemir e a religião muçulmana. Por conta disso, o país não reivindica senão parte da Jammu-Caxemira indiana, considerando inclusive que as porções orientais da região — o Ladakh e o Aksai-Chin — não fazem parte da verdadeira Caxemira.

Todavia, se o governo do Paquistão vê oficialmente a questão sob o ângulo da identidade religiosa, pesam, de forma não oficial, os argumentos de ordem estratégica. Num eventual controle paquistanês sobre esses territórios, o país abriria novo acesso à China, uma tradicional aliada e, sobretudo, permitiria ao Paquistão controlar as fontes de quase todos os grandes rios que atravessam seu território, inclusive todo o médio vale do rio Indo.

Às dificuldades de delimitação geográfica da região se junta outra incerteza referente à existência da nacionalidade caxemir. Embora a maioria da população da região seja muçulmana, a Caxemira foi, ao longo dos séculos, um importante lugar para o hinduísmo e para o budismo, antes de iniciado o processo de expansão islâmica datada do século XIV.

Esse rico passado pré-islâmico não desapareceu totalmente, fato que pode ser comprovado pela presença de mais de 1,5 milhão de não-muçulmanos vivendo na região. Assim, a Caxemira caracteriza-se pela heterogeneidade linguística, cultural e étnica, fator que se reflete na dualidade das definições de caráter identitário. No interior dos movimentos que lutam contra o domínio da Índia, alguns privilegiam um combate de caráter religioso, o que expressa o desejo de integrar a região ao Paquistão. Outros, no entanto, lutam pela preservação da identidade nacional caxemir que busque independência num contexto pluriconfessional.

Mais de 60 anos após a independência da Índia e do Paquistão e do primeiro conflito entre os dois países a respeito da soberania sobre a Caxemira, muitas incertezas pairam sobre o futuro dessa conturbada região.

# África: novos conflitos, novos personagens

Depois de mais de uma dezena de anos, mais precisamente após o genocídio ocorrido em 1994 em Ruanda, a imagem da África, que já não era boa, tornou-se ainda pior. Isso porque, após o que aconteceu naquele pequeno país da região do planalto dos Grandes Lagos, tragédias semelhantes continuaram acontecendo. Pior: os conflitos que ocorrem em um país com frequência repercutem em países vizinhos. Além disso, nem sempre é fácil entender claramente o papel e os motivos dos antagonistas envolvidos nos conflitos.

Esses conflitos, classificados genericamente de étnicos, eclodem periodicamente em países da África subsaariana e têm como tônica o envolvimento de povos vizinhos, cujas características são mais ou menos diferentes. Alguns deles são esporádicos e duram alguns dias ou semanas, como tem acontecido na Nigéria. Outros, como na região da África oriental (planalto dos Grandes Lagos), no Sudão, na Somália, no Congo, na África ocidental (Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim), são bem mais graves e persistentes, podem durar vários anos e têm sido responsáveis por milhões de vítimas.

Na maior parte dos casos, os conflitos são internos, entre populações mais ou menos próximas, muitas vezes misturadas, como é o caso dos tútsis e hutus em Ruanda e no Burundi. Todavia, tem sido cada vez mais comum que esses conflitos acabem envolvendo países vizinhos, o que ocorreu recentemente na República Democrática do Congo (ex-Zaire), onde forças armadas de Ruanda, Uganda, Zimbábue e Angola não só tomaram partido das facções congolesas em luta como acabaram se enfrentando em pleno território congolês.

Por um lado, a novidade dos conflitos recentes é que eles não são mais explicados apenas por razões geopolíticas de grande envergadura, como capitalismo x socialismo, como acontecia no tempo da Guerra Fria. Por outro, a ação de grupos fundamentalistas islâmicos, fenômeno considerado de grande proporção no início do século XXI, têm importância pequena ou quase nula no contexto geopolítico do centro-sul do continente. Vale ressaltar que na região da bacia do Congo e do planalto dos Grandes Lagos, o número de muçulmanos é bem pouco expressivo, e é justamente nessas regiões que os conflitos têm sido mais mortíferos e duradouros.



Não se podem também entender os conflitos da África subsaariana sem se levar em conta a extrema diversidade étnica e linguística da região e, sobretudo, não se deve esquecer que nessa parte do mundo o tráfico negreiro durou cerca de três séculos. Esse evento histórico deixou marcas profundas no relacionamento entre grupos "capturados" e "captores" que o tempo não tem conseguido apagar.

A multiplicação dos conflitos pode ser explicada também pelo crescimento demográfico dos diferentes grupos étnicos e pela necessidade de cada um deles em estender suas terras cultivadas para compensar os efeitos da degradação dos solos. A exacerbação dos conflitos entre hutus e tútsis em Ruanda resultou, parcialmente, da luta por terra férteis num pequeno país cuja densidade demográfica é de aproximadamente 300 habitantes por km$^2$.

Ademais, a África subsaariana tem sofrido, mais do que outras partes, dos problemas ambientais inerentes ao mundo tropical, sobretudo porque as produções agrícolas se fazem principalmente sobre solos lateríticos pobres e frágeis. Na África, fora dos vales, os diferentes grupos étnicos que praticam a agricultura e cujos rendimentos declinam sistematicamente se esforçam em estender seu território em detrimento dos grupos vizinhos.

Os recentes conflitos africanos ensejaram o surgimento ou realçaram a ação de novos e antigos personagens. Se durante a Guerra Fria as figuras mais importantes dos conflitos eram militares ou homens públicos, hoje seus papéis são, de maneira geral, secundários. Três personagens emblemáticos nos conflitos atuais merecem destaque: o senhor da guerra, a criança-soldado e o refugiado.

O senhor da guerra normalmente não pertence ao grupo que, mesmo não estando no poder, é muito poderoso. Ele é tanto combatente como aproveitador sem escrúpulos e traficante. Combatente, pois é líder de grupos armados. Suas vitórias lhe dão prestígio, e seu interesse é prolongar o conflito pelo maior tempo possível. Ele é também inescrupuloso porque se vale compulsoriamente dos recursos da população civil e, eventualmente, interfere ou impede a ação de organismos internacionais de ajuda humanitária. Como traficante, o senhor da guerra participa dos circuitos ilegais de comércio, facilitando o tráfico de drogas, armas e outros produtos como pedras preciosas. Para esse personagem, as atividades militares e criminais estão intimamente ligadas. Um dos mais importantes senhores da guerra na África foi o líder da Uni-

ta (União Nacional para a Independência Total de Angola) Jonas Savimbi, que durante quase três décadas dominou amplas áreas de Angola, até ser morto em combate em 2002.

Outro personagem dos conflitos atuais é a criança-soldado. Muitas vezes essas crianças têm menos de dez anos e, embora não existam dados confiáveis a respeito, acredita-se que na África há pelo menos 200 mil delas. Seu "alistamento" quase sempre acontece de forma brutal. Após terem sido testemunhas de atrocidades cometidas contra seus parentes, acabam sendo levadas, "criadas" e treinadas pelos algozes de sua família. O desenvolvimento de armas cada vez mais leves pela indústria bélica tem facilitado a ação dessas crianças que, com certa frequência, encaram os combates como se estivessem participando de uma brincadeira de "guerra".

Já o refugiado não tem sexo ou idade; pode ser homem, mulher, criança ou idoso que foram obrigados a deixar o local onde viviam, para escapar da guerra e de seu cortejo de horrores. Seu número aumentou consideravelmente nas últimas duas décadas. Uma parcela significativa é composta por refugiados internos, isto é, por pessoas que saíram ou foram expulsas de seu local de origem, mas não atravessaram fronteiras internacionais.

Cerca de 30% dos refugiados do mundo atual encontram-se em solo africano, principalmente em duas áreas. Na África Ocidental, por causa dos conflitos em Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim; na porção centro-oriental do continente, num amplo arco norte–sul que se estende do Sudão, passa pela região do Chifre africano e envolve a dos Grandes Lagos.

# A Chechênia, o Cáucaso e a Rússia

Até 1994, Chechênia era um nome quase desconhecido na geopolítica mundial. Até 1991, representava uma das repúblicas autônomas que faziam parte da URSS. Com a desintegração da URSS, a Chechênia tornou-se uma das repúblicas componentes da Federação Russa na região do Cáucaso.

O nome Cáucaso designa a cadeia de montanhas localizada entre os mares Negro e Cáspio e engloba também inúmeros planaltos e vales fluviais. A cadeia montanhosa propriamente dita corresponde à parte mais acidentada e elevada do conjunto, com alguns picos que ultrapassam 5 mil metros. Todavia, o que mais chama a atenção na região é a enorme complexidade étnica, nacional, religiosa e linguística.

Do ponto de vista político, a região do Cáucaso é constituída de duas partes: na porção sul, ou Transcaucásia, está o Cáucaso não-russo, onde se localizam a Geórgia, a Armênia e o Azerbaijão, repúblicas que até 1991 foram partes integrantes da antiga União Soviética. Com a desintegração da URSS, essas três repúblicas tornaram-se países independentes e hoje fazem parte da CEI (Comunidade de Estados Independentes). Na porção norte, ou Ciscaucásia, encontram-se oito repúblicas autônomas que pertencem à Federação Russa, como a Chechênia e a Ossétia do Norte.

Abrigando cerca de 25 milhões de pessoas, a região do Cáucaso constitui-se numa zona de contato e confronto de duas "civilizações": a eslavo-ortodoxa, representada por populações de origem russa ou "russificadas" (como os ossétios), e a islâmica, de influência turca ou iraniana, composta por mais de vinte povos, dentre os quais se destacam os chechenos.

Fato interessante de se notar é que as fronteiras existentes na região do Cáucaso são quase tão arbitrárias e artificiais quanto as africanas. Praticamente todas foram delineadas entre 1922 e 1936 pelo ditador soviético Josef Stálin. Segundo suas palavras, as divisões político-administrativas criadas visavam a "preservar a especificidade de cada grupo étnico ali existente". Esse traçado arbitrário das fronteiras no complexo e heterogêneo mosaico humano do Cáucaso tem sido fator de vários conflitos e tensões geopolíticas.

## Histórias de guerras

As conquistas do Império Russo no Cáucaso verificaram-se em diversas etapas, começando na segunda metade do século XVIII e completando-se por volta de 1870. Por conta de feroz resistência, a última das regiões do Cáucaso a ser incorporada ao território russo foi a Chechênia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a tradicional animosidade entre russos e povos do Cáucaso levou alguns líderes de grupos caucasianos a se aliarem aos nazistas, quando, em 1941 e 1942, os alemães conseguiram ocupar algumas áreas da região. Expulsos os alemães, Stálin ordenou a deportação em massa dos povos que haviam pretensamente colaborado com os germânicos.

Entre o final de 1943 e os primeiros meses de 1944, centenas de milhares de pessoas foram deportadas e colocadas em "zonas de povoamento especiais" em áreas da Ásia central. Isoladas do contato com outros grupos humanos, foram também proibidas de usar a língua materna e viviam em condições extremamente precárias. É interessante notar que o governo de Stálin não puniu apenas os que se aliaram aos nazistas, que, aliás, não tinham sido tão numerosos, mas todos os que compunham o grupo nacional. Passaram por essa situação os karatchais, os balkars e os chechenos, entre outros.

Em 1956, Nikita Krushev, sucessor de Stálin, reabilitou os povos punidos e permitiu, em 1957, o retorno a seus locais de origem. Em alguns casos esses locais já estavam ocupados por outros grupos, gerando novos problemas que se arrastam até hoje.

A Chechênia é pouco menor que o estado de Sergipe, e sua população está estimada em cerca de 700 mil habitantes. Os chechenos correspondem a quase 60% da população total e, em sua maioria, praticam o islamismo. Por conta das guerras dos últimos anos, acredita-se que existam pelo menos 250 mil chechenos refugiados em repúblicas vizinhas. Quase 25% dos habitantes da Chechênia são de origem russa, e, na maior parte, cristãos ortodoxos. O restante da população é formado por outros grupos étnico-nacionais.

Quando a União Soviética se desintegrou em 1991, surgiram em seu lugar quinze novas repúblicas. A principal beneficiada pelo espólio da URSS foi a Federação Russa, que herdou grande parte dos recursos, do arsenal, da população e do território do antigo país. A Chechênia, uma das repúblicas que compunham a Federação Russa, aproveitando-se do nascimento dos novos países, decidiu também declarar independência, situação que não foi reconhecida pela comunidade internacional e muito menos por Moscou.

Até 1994, o governo russo, preocupado com outros problemas mais imediatos, acreditava que as dissensões internas entre os chechenos jogariam a seu favor. Devido a tradicionais divergências clânicas e por conterem no interior de seu território significativas minorias russas, muitos chechenos preferiam ficar integrados à Rússia, uma vez que dependiam da ajuda do governo central.

Além disso, o governo nacionalista checheno instalado em 1991 aos poucos foi se mostrando autoritário, o que levou a oposição a tentar sua derrubada. Os confrontos entre o governo e a oposição resultaram num verdadeiro clima de guerra civil. Usando como pretexto pôr ordem na situação caótica existente, o governo russo, em

Conflitos e tensões na região do Cáucaso

1994, promoveu a intervenção. Foi o início da primeira Guerra da Chechênia.

Todavia, grupos chechenos pró-independência resistiram a cerca de 20 mil soldados russos durante quase dois anos. Os principais combates se verificaram em Grozni, a capital, que ficou virtualmente destruída, fazendo milhares de vítimas, principalmente civis. Em agosto de 1996, foram assinados, com grande humilhação para as forças armadas russas, os acordos de Kassaviurt que puseram fim ao conflito. Os itens do acordo determinavam que o *status* político da Chechênia seria definido em 2001.

Em 1997, eleições realizadas na Chechênia deram vitória ao líder separatista Aslan Mashkhadov. Contudo, o novo presidente jamais conseguiu controlar o país, imerso em profunda crise econômica, dividido em facções hostis e atormentado com o crescimento do fundamentalismo islâmico. Grupos de fanáticos islâmicos da Chechênia tentaram invadir a vizinha república autônoma russa do Daguestão em 1999, pretendendo implantar ali um Estado islâmico. Ademais, sucessivos atentados em Moscou e em outras cidades russas foram atribuídos aos extremistas chechenos pelas autoridades do governo da Rússia.

A ascensão de Wladimir Putin ao poder na Rússia deve-se, em grande medida, ao terror checheno. Como presidente interino, em fevereiro de 2000 Putin iniciou a segunda Guerra da Chechênia. Pouco depois, Putin era eleito presidente russo, no rastro da operação militar. As forças russas ocuparam Grozni (capital da Chechênia) e a maior parte do território checheno, com exceção das quase inacessíveis montanhas meridionais, principal refúgio dos guerrilheiros separatistas.

Dessa área têm partido comandos que inicialmente atacavam tropas russas e chechenos pró-russos na Chechênia e que depois passaram a estender suas ações às regiões vizinhas do Daguestão, da Ossétia do Norte e também ao território da Rússia. As retaliações promovidas pelo exército russo, acompanhadas de massacres, torturas e estupros contra a população civil, têm sido sistematicamente denunciadas por entidades que defendem os direitos humanos.

Enrolando-se na bandeira da "guerra ao terror" do governo norte-americano, Putin procurou vincular todos os separatistas chechenos ao fundamentalismo islâmico global. Com isso, aprofundou a repressão e reduziu as pressões internacionais contra a violação dos direitos humanos.



Do outro lado, os extremistas chechenos tomaram o lugar dos líderes políticos separatistas, promovendo periodicamente atentados suicidas. A partir de 2002, o conflito tornou-se ainda mais violento, pois os extremistas chechenos passaram a colocar em prática atentados suicidas.

Em 2003, o governo russo convocou um plebiscito para definir o futuro político da Chechênia. A grande maioria dos votantes apoiou a permanência da Chechênia no interior da Federação Russa. Observadores internacionais questionaram a legitimidade dos resultados, dadas as condições em que as eleições foram realizadas. Ademais, os resultados foram entendidos pelo governo russo como apoio explícito dos chechenos às propostas de Moscou.

Quais os interesses da Rússia em manter a Chechênia sob seu controle? Basicamente são duas as razões. A primeira delas, essencialmente econômica, está ligada ao fato de que o território checheno é cortado por dutos que levam o petróleo produzido na bacia do Cáspio para os portos russos do mar Negro. A outra é de natureza geopolítica, pois uma Chechênia independente estimularia outras repúblicas autônomas da Federação Russa a tentar seguir o mesmo caminho. Se isso viesse a ocorrer, o território russo ficaria praticamente reduzido ao que era o principado de Moscou do século XIV.

Por causa de toda a gama de interesses envolvidos, pode-se prever que a questão da Chechênia ainda está longe de ser resolvida.

# A natureza, a história e as regionalizações da Europa

Até onde vai a Europa? Quais são os países que compõem o continente europeu? Quais são os critérios que permitem dividir o seu território em regiões? Sob o ponto de vista tradicional da geografia, a Europa nada mais é do que uma extensa península do continente asiático. A oeste, norte e sul, não pairam dúvidas quanto aos limites do continente, já que as águas do Atlântico, através do mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo separam claramente as terras europeias dos outros continentes.

O problema coloca-se a leste, onde não existe mar ou oceano separando as terras "europeias" das "asiáticas". Por isso, tradicionalmente, os geógrafos consideram que o limite entre a Europa e a Ásia são os montes Urais, conjunto montanhoso que nunca se constituiu num obstáculo intransponível, em função das suas modestas altitudes. Além disso, ao norte do mar Cáspio passa-se, de forma quase imperceptível, das imensas planícies do leste da Europa para a planície Siberiana, que se estende pelo leste da Ásia.

Durante muito tempo a Europa foi considerada um conjunto geográfico sem significação política. Era sua diversidade de paisagens naturais que balizava as propostas de regionalização. Com base nos dados da natureza, o continente era dividido do ponto de vista climático (regiões de clima mediterrâneo, temperado oceânico, temperado continental e subpolar), morfológico (domínio de planícies e escudos antigos do centro-norte, em contraposição ao domínio de cadeias montanhosas de formação terciária do centro-sul) ou hidrográfico (Europa "danubiana", Europa "renana" etc.).

No entanto, o conceito de Europa sempre esteve impregnado de história, fato comprovado pelas grandes mudanças ocorridas nas fronteiras dos Estados ao longo do tempo. Essas mudanças geopolíticas jamais mantiveram relações significativas com os quadros naturais.

Durante a Guerra Fria, a partir de uma concepção geopolítica, passou-se a dividir o continente em Europa ocidental (os países capitalistas aliados dos Estados Unidos) e oriental (os países socialistas subordinados à União Soviética). Esse modelo de regionalização entrou em colapso com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, em 1989-1991.



Ainda durante a Guerra Fria, outro problema se colocava: onde incluir a URSS? Houve certa tendência a se considerar a superpotência como algo distinto da Europa, usando-se como pretexto o fato de que cerca de 70% das terras soviéticas localizavam-se na Ásia, isto é, a leste dos Urais. Em contrapartida, atualmente tornou-se comum incluir toda a Rússia no continente europeu, sob o argumento de que, tanto na orla do Pacífico como na Sibéria, a maioria da população é eslava e, portanto, de raízes europeias. Entre os próprios russos não há consenso sobre uma identidade "europeia", "asiática" ou "euro-asiática".

A noção de uma Europa que se estenderia do Atlântico ao Pacífico ganhou alento, no final da década de 1980. O Secretário-Geral do Partido comunista da URSS Mikail Gorbatchov propôs a criação da "Casa Comum Europeia", ampliação da ideia da Europa "do Atlântico aos Urais", formulada pelo ex-presidente francês Charles De Gaulle na década de 1960. A expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) aos países da antiga Cortina de Ferro e a incorporação de quase todos os Estados dessa região à União Europeia criaram novos problemas à questão da regionalização do continente.

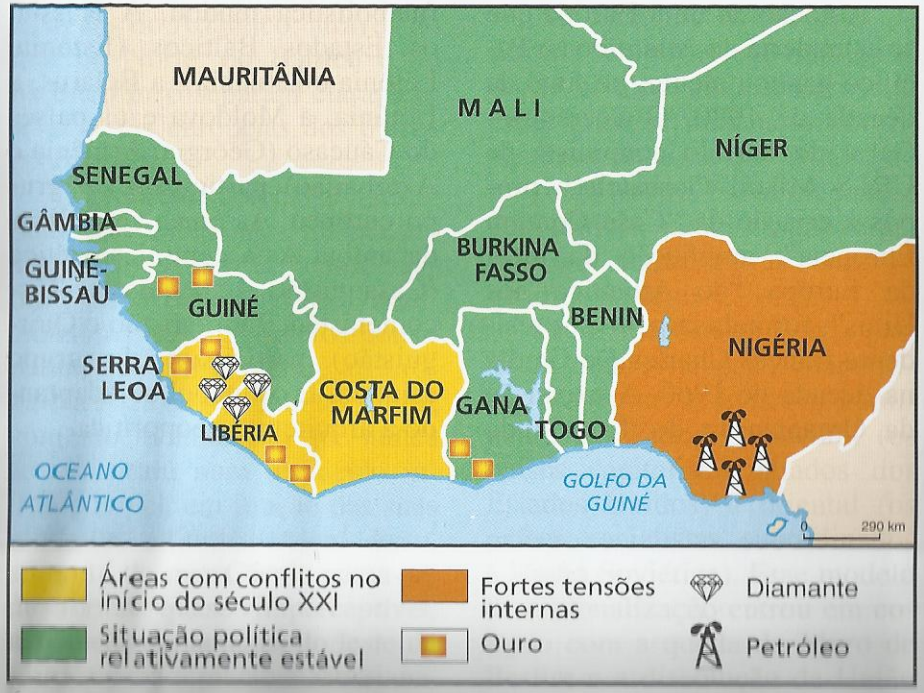
As dificuldades para se delimitar e regionalizar a Europa afetaram até o futebol. Durante a Guerra Fria, a seleção de futebol da antiga União Soviética sempre participou do grupo europeu, tanto em eliminatórias para a Copa do Mundo como em torneios entre seleções nacionais.

Com a fragmentação da União Soviética em quinze repúblicas independentes, a regionalização futebolística mudou. A Rússia, os Estados Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), a Belarus, a Ucrânia, a Moldova e os países do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) participam do grupo europeu. As cinco repúblicas da antiga Ásia central soviética (Casaquistão, Usbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão) participam do grupo asiático. É o futebol se adaptando à arquitetura geopolítica.

# A invenção dos Estados na África ocidental

A África ocidental é uma das áreas componentes da África subsaariana, região do continente que congrega cerca de 40 países. A África ocidental compreende, numa visão mais ampla, quinze países. Em termos mais restritos, a região é formada por doze. Assim, o Mali, o Níger e Burkina Fasso — três Estados interiores, com expressivas porções desérticas e significativa influência árabe-muçulmana, são os excluídos. Os países considerados nessa região são aqueles localizados entre a foz do rio Senegal e a fronteira entre a Nigéria e Camarões, todos banhados pelas águas do Atlântico e do golfo da Guiné.

Perfazendo uma área de aproximadamente 2,3 milhões de km², os países ali presentes abrigam efetivo populacional de quase 250 milhões de pessoas, das quais aproximadamente a metade habita a Nigéria, de maior superfície. Do ponto de vista cultural, a África ocidental é um verdadeiro mosaico de povos dominantemente negro-africanos. É também uma área de contato entre seguidores de crenças ancestrais (denominadas animistas), do cristianismo (trazido pelos colonizadores europeus) e do islamismo (difundido no passado por povos árabes e que vem crescendo e renovando seu vigor religioso na atualidade). Essa diversidade etnocultural ajuda a explicar os inúmeros conflitos e tensões que ocorreram e que ainda ocorrem na região.




África Ocidental: conflitos e recursos

Assim como no restante do continente, a África ocidental sofreu o impacto do colonialismo europeu. As linhas gerais da divisão colonial da África foram definidas na Conferência de Berlim (1884-1885). Ela não dividiu o continente em colônias, mas fixou as regras que deveriam ser seguidas pelas potências europeias no processo de partilha da África. Só na última década do século XIX foram estabelecidas bases coloniais e iniciou-se o processo de definição do traçado das fronteiras.

Esse traçado ignorou os espaços étnicos e culturais pré-existentes e apoiou-se em linhas (paralelos e meridianos) ou acidentes naturais como os rios ou divisores de águas. Os cursos fluviais, em particular, foram de fundamental importância como eixos de penetração por parte dos colonizadores.

Durante o período colonial, as metrópoles europeias criaram divisões administrativas no interior de seus domínios. Elas quase sempre tinham funções ligadas à distribuição das forças militares ou ao controle de cidades e áreas de exploração mineral. Essa base de poder político-administrativo e econômico montada durante a época colonial transferiu-se, após a independência, para as elites locais que, por regra geral, exerceram seu poder de forma autoritária.

Em boa parte dos casos, essas elites representavam apenas um dos grupos étnicos do novo país e excluíam por completo as etnias rivais. Por exemplo, os afro-americanos da Libéria (menos de 5% da população) mantiveram o poder político desde a independência do país em 1847, até 1980.

A presença colonial na África ocidental foi bem variada. Assim, a França exerceu seu domínio sobre o Senegal, Guiné, Costa do Marfim e Benin. A Grã-Bretanha colonizou a Gâmbia, Gana, Serra Leoa, Nigéria e Togo (colônia alemã até o final da Primeira Guerra Mundial). O colonialismo português esteve presente na Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Já a Libéria, criada por escravos libertos dos Estados Unidos em 1847, foi o único país africano, juntamente com a Etiópia, não colonizado. À exceção da Libéria, todos os demais países da África ocidental ficaram independentes após 1958.

Numa região de grande diversidade etnocultural, as rivalidades entre as potências coloniais e as políticas desenvolvidas no interior de suas respectivas colônias geraram fronteiras artificiais e arbitrárias, que se mantiveram intocadas após a independência. A existência de grupos etnoculturais com tradição de rivalidades e antagonismos no interior dessas fronteiras tem sido fonte quase inesgotável de conflitos e tensões.

Para tornar ainda mais complexo esse quadro, juntou-se novo fator: a ganância pela exploração dos expressivos recursos naturais existentes na região (diamantes, ferro, madeiras nobres, petróleo, ouro, entre outros). Os recentes conflitos e tensões no interior do Senegal, Gâmbia, Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria exemplificam a situação. No contexto geopolítico regional, a Nigéria, apesar de seus enormes problemas internos, é o país de maior importância geopolítica. Isso decorre não só do fato de concentrar cerca de metade da população da região, mas também de sua expressão econômica. O PIB (Produto Interno Bruto) do país representa pouco mais de 50% de toda a produção de riquezas geradas pelos países da África ocidental. Essa é uma das razões que fez da Nigéria o país líder da Comunidade Econômica dos Estados da África ocidental.

# Terrorismo, a grande ameaça

Os termos terror e terrorismo, pelo menos na Idade Moderna, foram usados originalmente durante a Revolução Francesa, especialmente entre os anos de 1793 e 1794, quando o Comitê de Salvação Pública tomou o controle do país. Tendo à frente os revolucionários Maximilien Robespierre e Louis Saint-Just, a França passou por um período caótico, que ficou conhecido como a Era do Terror.

No século XIX, o terrorismo passou a aparecer nos livros de autores anarquistas que justificavam a validade da utilização de métodos terroristas para destruir o poder exercido por governantes despóticos, ideias que adentraram o século XX. Não se deve esquecer que foi um ato terrorista — o assassinato em 1914 do herdeiro do trono austríaco, na cidade de Sarajevo, Bósnia — que desencadeou a Primeira Guerra Mundial (1914-1919).

O terrorismo é o grande fenômeno global do início do século XXI. Essa nova era do terror teve início com os atentados de 11 de setembro de 2001, quando extremistas islâmicos ligados à organização Al-Qaeda, lançaram aviões contra as Torres Gêmeas e contra o Pentágono nos Estados Unidos.

Desde então, atentados às cidades de Londres (Inglaterra), Madri (Espanha), Bali (Indonésia), Moscou (Rússia), Riad (Arábia Saudita), Casablanca (Marrocos) e Istambul (Turquia), entre outros, mostraram o grau de abrangência desses atos.

Como se poderia definir o que é terrorismo? A definição de tal fenômeno é complexa e depende de quem responde a essa indagação. De maneira extremamente genérica, pode-se afirmar que o terrorismo é um tipo de ação que usa sistematicamente de métodos violentos para criar situações de medo, visando a algum objetivo político.

O próprio conceito de terrorista muda em função das circunstâncias políticas. Certas personalidades da política internacional, como o falecido líder palestino Iasser Arafat ou o ex-primeiro-ministro de Israel Menahen Béguin foram, em épocas diferentes, considerados terroristas e, mais tarde, reconhecidos internacionalmente e agraciados com o Prêmio Nobel da Paz pelas Nações Unidas.

Da mesma forma, o sul-africano Nelson Mandela, primeiro presidente da República Sul-Africana pós-apartheid e hoje reconhecido como um dos mais respeitados líderes políticos, foi considerado terrorista pelas autoridades do governo sul-africano durante a vigência do regime racista. Mandela passou cerca de 25

anos nas prisões da África do Sul. Mesmo no Brasil, durante o regime militar (1964-1985), algumas pessoas foram consideradas terroristas, mas, com o fim do ciclo de governos autoritários, passaram a exercer cargos importantes no governo federal.

Existe na atualidade uma doutrina geopolítica global antiterrorista, posta em prática pelo governo norte-americano. Conhecida como Doutrina Bush, tem como ponto central a luta contra o terrorismo internacional. Assim, os ataques da coalizão de forças lideradas pelos Estados Unidos contra o Afeganistão (2001) e contra o Iraque (a partir de 2003), como as pressões sobre o Irã, a Coreia do Norte e a Síria são exemplos da aplicação dessa doutrina.

## A Al-Qaeda e o terrorismo islâmico

O islamismo como projeto global e cujo "ícone" é a Al-Qaeda vem se disseminando e atuando num grande número de países, principalmente afro-asiáticos. Ao contrário dos conflitos localizados, que utilizam o Islã como arma numa luta essencialmente nacional ou territorial, o islamismo global pretende destruir tanto as particularidades dentro do próprio mundo muçulmano como o pluralismo da comunidade internacional.

Hoje, os piores tipos de fanatismo ligados ao "islamismo universalizado" acontecem em países onde o processo de ocidentalização é mais intenso, traumático ou malsucedido, como os do mundo árabe e o Paquistão, e prosperaram em locais onde existem minorias muçulmanas discriminadas ou mal-integradas, como na Europa ocidental.

Desde 2003, por conta da invasão liderada pelos Estados Unidos, o Iraque tornou-se o local do mundo em que mais ações terroristas aconteceram. A invasão americana do Iraque não reduziu a ameaça terrorista, conforme afirmara o presidente George W. Bush antes da guerra, mas fez com que ela se tornasse bem mais importante.

A Guerra do Iraque desviou a atenção e os recursos americanos do esforço para neutralizar a liderança da Al-Qaeda e se constituiu no maior fracasso da estratégia antiterrorismo dos Estados Unidos. A eficácia da guerra ao terrorismo global, ou Doutrina Bush, tem sido cada vez mais questionada.

De acordo com especialistas, se a organização de que dispunha a Al-Qaeda até 2001 foi enfraquecida, as ideias que ela representa tornaram-se mais fortes e o mundo bem mais perigoso.

# Aquecimento global acirra disputas no Ártico

No início de agosto de 2007, uma expedição científica russa completou uma missão histórica carregada de significados políticos: depositou a bandeira da Rússia no fundo do oceano Ártico, num gesto destinado a fortalecer as reivindicações do país sobre áreas dessa região. A equipe russa chegou à latitude de 86° norte, bem próximo do polo geográfico e abriu, na superfície gelada do oceano Ártico, um buraco por onde entraram dois pequenos submarinos tripulados. No fundo oceânico, a mais de 4,2 mil metros de profundidade, foi colhido material de pesquisa e depositada a bandeira do país.

A partir do material recolhido, a expedição pretende demonstrar que a cordilheira submarina Lomonosov faz parte da plataforma continental da Sibéria. De acordo com Moscou, essas evidências científicas seriam suficientes para provar que a soberania sobre a área, hoje compartilhada com outros países da bacia do Ártico, deve ser entregue exclusivamente à Rússia.

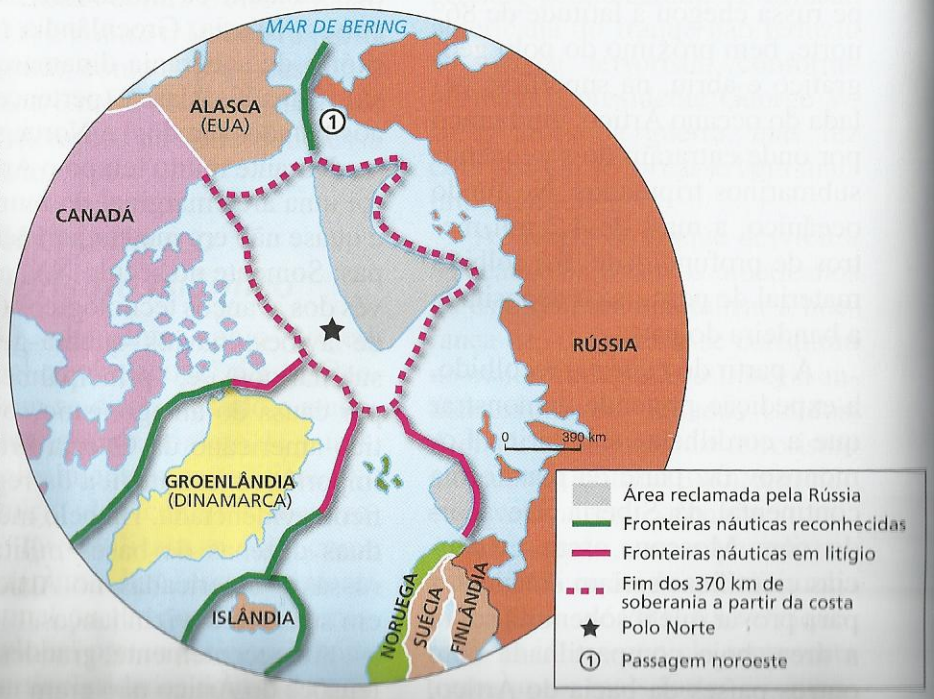
O Ártico designa o conjunto geográfico formado pela zona polar do hemisfério norte e o oceano glacial situado entre a América do Norte e a massa continental euro-asiática. O oceano Glacial Ártico recobre uma superfície de 12 milhões de km$^2$, que se comunica com o Pacífico através do estreito de Bering (passagem Noroeste). Comunica-se também com o Atlântico pela estreita baía de Baffin e por uma passagem mais ampla entre a Groenlândia, o noroeste da Rússia e a península Escandinava (passagem Nordeste). As geladas águas do oceano Ártico banham os litorais de cinco países: Rússia, Groenlândia (território de soberania dinamarquesa), Canadá, Alasca (pertencente aos Estados Unidos) e Noruega.

Durante muito tempo o Ártico foi uma área marginal do mundo, e quase não era mostrada nos mapas. Somente no século XX, através dos avanços tecnológicos (uso de aviões, navios quebra-gelos, submarinos) e, principalmente, por causa do antagonismo soviético-americano da Guerra Fria, a importância estratégica da região ficou evidenciada. Há pelo menos duas dezenas de bases militares russas e americanas no Ártico e em suas circunvizinhanças.

Até recentemente, grandes extensões do Ártico não eram navegáveis. Navios quebra-gelos soviéticos e, depois, russos apenas

esporadicamente cortavam sua superfície permanentemente congelada. Apenas algumas regiões marítimas costeiras permitiam utilização mais frequente, como a passagem Nordeste (regularmente usadas pelos russos) e a Noroeste (de forma eventual pelos americanos e canadenses).

O aquecimento global do planeta, possivelmente decorrente do aumento das emissões de gases de efeito estufa, está mudando o panorama físico e geopolítico do Ártico. O gradativo derretimento da calota gelada ártica gera consequências dramáticas, como a possível extinção de espécies da fauna, entre as quais o urso polar. Segundo uma teoria, recentemente contestada, o fenômeno também poderia afetar a corrente do Golfo, que funciona como uma espécie de regulador térmico das áreas norte-ocidentais da Europa. Além disso, o modo de vida tradicional dos inuítes (esquimós) será colocado em perigo, e inúmeras edificações erigidas sobre o solo permanentemente gelado, nas fraldas árticas da América do Norte e Eurásia (estradas, bases militares e aeroportos), correm o risco de desabamento.




Fonte: Mundo – Geografia e Política Internacional, ano 15, nº 6, out. 2007.

A "guerra gelada" pelo Ártico



O derretimento do gelo ártico já faz com que a passagem Noroeste apresente, cada vez mais, dias propícios à navegação regular. Alguns cientistas profetizam que o oceano Ártico estará totalmente livre do gelo até 2040. Bem antes disso, o uso quase permanente do oceano boreal para a navegação permitiria encurtar um terço da distância que separa a Ásia da Europa, o que traria óbvios ganhos para o comércio internacional e novas perspectivas geopolíticas e militares. Hoje, usando-se o canal do Panamá, a distância entre a Europa e a Ásia oriental é de cerca de 23,3 mil quilômetros. A rota ártica reduziria o percurso para aproximadamente 14,6 mil quilômetros, o que significa economia de quase uma semana de navegação.

Os dividendos econômicos da abertura do Ártico não se circunscrevem à navegação. Especialistas estimam que cerca de 25% das reservas de petróleo ainda não conhecidas estejam nas profundezas geladas do Ártico. É provável que existam outros importantes recursos minerais que se somariam ao surgimento de novas zonas pesqueiras para a captura de espécies valiosas. Até poucos anos atrás, as pesquisas dos recursos da região eram muito caras, e as disputas referentes à soberania das águas congeladas pouco significavam. Contudo, o lento mas contínuo derretimento da calota polar reflete-se na definição de interesses políticos e empresariais e no acirramento das disputas.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, garantiu aos Estados costeiros a exploração econômica exclusiva na faixa de 200 milhas marítimas, ou cerca de 370 quilômetros. Em certos casos, abriu-se a possibilidade para alguns países reivindicarem uma Zona Econômica Exclusiva ainda mais larga, recobrindo toda a plataforma continental. Os que desejam formalizar novas reivindicações devem apresentar seus motivos às Nações Unidas até 2009. É isso que explica a pressa da Rússia na exploração do Ártico e na cartografia da cordilheira Lomonosov.

As disputas sobre o Ártico apresentam significativa complexidade. Os Estados Unidos ainda não ratificaram a Convenção sobre o Direito do Mar. Além da reivindicação da Rússia, os Estados Unidos e o Canadá mantêm polêmicas não resolvidas a respeito dos direitos sobre a passagem Noroeste. A Noruega e a Rússia têm um contencioso sobre o mar de Barents, e o Canadá e a Dinamarca disputam uma pequena ilha próxima da Groenlândia. O parlamento russo não ratificou um acordo com os Estados Unidos sobre o mar de Bering. Será que, depois da Guerra Fria, teremos uma "Guerra Gelada"?

# A Europa testa seus limites

O antigo Mercado Comum Europeu, quando de seu surgimento, tinha apenas seis signatários. Atualmente, o bloco abrange a maior parte dos países europeus. Na Europa ocidental, só não fazem parte do bloco a neutra Suíça, a insular Islândia e a reticente Noruega.

Os dois recentes alargamentos da UE (União Europeia) foram festejados como indicação de sucesso da empreitada comunitária, mas também geraram temores, desconfianças, ressentimentos e frustrações tanto internamente como junto aos países que se situam nas fronteiras do bloco.

Em 2004, a entrada da Hungria, República Checa, Eslováquia e Polônia — países que fizeram parte do bloco soviético durante a Guerra Fria — e dos Estados bálticos, que foram repúblicas da antiga União Soviética, reacendeu os temores e desconfianças da Rússia em relação ao Ocidente. A adesão, em 2007, da Bulgária e da Romênia, também ex-satélites da então União Soviética, ampliou esses receios. Os próximos alargamentos envolveriam a incorporação da Ucrânia, Belarus e Moldova? Estaria havendo um complô ocidental para isolar a Rússia, traçando em torno dela uma nova Cortina de Ferro?

Desde que assumiu o poder, Vladimir Putin almeja recuperar para a Rússia o papel de grande potência no cenário internacional. Ele sugere que a "nova" Rússia deveria incorporar as "melhores coisas" da antiga União Soviética. Por um lado, o país é uma grande potência energética e exporta hidrocarbonetos dos quais a Europa Ocidental é dependente. Por outro, mesmo que as forças armadas russas não sejam sombras do que foram as da União Soviética, o arsenal nuclear e a experiência tecnológica de sua indústria bélica não podem ser ignorados. Não vale a pena cutucar o urso russo com vara curta.

Nos Bálcãs, o sentimento é de frustração. Os Estados que não fazem parte da UE são as repúblicas que integraram a Iugoslávia socialista — com exceção apenas da Eslovênia, admitida em 2004. Além deles, fora do bloco ainda há a paupérrima Albânia. Croatas e sérvios, embora desejem ardentemente fazer parte da Europa comunitária, têm contra si o fato de ainda não haverem entregado criminosos de guerra que participaram da Guerra da Bósnia (1992-1995) e o confronto entre o governo croata e a minoria sérvia na Croácia. Para os sérvios, falta também uma solução definitiva em relação à espinhosa questão do estatuto da província de Kosovo, que desde 1999 é protetorado militar da ONU.

Na Bósnia, doze anos após o Acordo de Dayton, que criou o país, contingentes das Nações Unidas continuam a postos, para evitar a emergência de um novo conflito entre muçulmanos, sérvios e croatas. Montenegro, que até recentemente formava com a Sérvia o que havia restado da antiga Iugoslávia, sofre de restrições semelhantes às dos sérvios. A Macedônia enfrentava, ainda há bem pouco, a oposição da Grécia, que não aceitava uso do nome Macedônia, sob o argumento de que essa é a denominação de uma região grega. As precárias condições socioeconômicas da Albânia, somadas ao fato de que cerca de 40% da população do país é islâmica, impedem que se vislumbre sua entrada na UE.

A evolução da União Europeia

Por fim existe a Turquia, país que tenta sem sucesso, há cerca de quatro décadas, ser admitida na Europa comunitária. Para as elites do país, a adesão ao bloco europeu significaria fazer parte do mais bem-sucedido processo de integração econômica, do qual a economia turca já participa marginalmente. Ingressar na UE permitiria o acesso sem restrições ao mercado europeu, aos fundos de apoio para os países menos desenvolvidos do bloco e a uma moeda forte. Mas, sobretudo, representaria a definição de uma identidade europeia para a Turquia, algo muito valorizado entre os empresários e a classe média urbana do país.

Contudo, do ponto de vista dos europeus, aceitar a Turquia é bastante complicado. Para a UE, seria muito mais confortável convencer os turcos a participar, junto com outros países muçulmanos da África do Norte, de um bloco periférico ligado à Europa comunitária por um espaço econômico comum. Essa alternativa, vislumbrada em Bruxelas, mas veementemente rejeitada pelos turcos, deixaria a populosa Turquia fora do núcleo de poder estratégico da Europa.

Nas últimas décadas, os europeus produziram argumentos de todos os tipos para justificar a recusa em abrir negociações de adesão da Turquia. Dizem, antes de tudo, que o país não é geograficamente europeu, pois apenas 3% de seu território está na Europa e que também não é culturalmente europeu, em virtude de suas antigas tradições muçulmanas (o Império Turco-Otomano foi sede do califado desde o século XVI até a sua desaparição, na Primeira Guerra Mundial). No fundo, a UE teme incorporar os quase 80 milhões de turcos, dando-lhes os mesmo direitos dos demais cidadãos comunitários, pois sabe que, empurrada por seu crescimento demográfico, a Turquia seria em pouco tempo o mais populoso país do bloco e teria, nas instituições europeias, direito a mais votos que a própria Alemanha.

Há outros argumentos, fortes e fracos. A Turquia não segue os padrões europeus de respeito aos direitos humanos, especialmente no que se refere à condição social das mulheres e aos direitos políticos da minoria curda, e continua se recusando a reconhecer suas responsabilidades históricas no genocídio praticado contra armênios durante a Primeira Guerra Mundial.

O debate prossegue e, na UE, existem defensores do ingresso turco. Essa corrente afirma que nenhum outro país sacrificou aspectos fundamentais de sua cultura para afirmar uma identidade europeia, e que só a Turquia pode funcionar como "ponte" estável entre a Europa e o Oriente Médio. Em visita à Turquia, o papa Bento XVI, surpreendentemente, defendeu a entrada do país na UE. Não é algo a ser ignorado, num bloco que escolheu Roma como o lugar do seu batismo.



## Ataturk, o homem que pôs fim a um império

O hino, a bandeira e a moeda são símbolos de uma nação. A unidade monetária da Turquia é a libra turca, e todas as cédulas e moedas em uso no país possuem a esfinge de Mustafá Kemal Ataturk (1881-1938). Não dá para entender a Turquia sem ter referências da história daquele que é conhecido como o "pai dos turcos", um dos maiores líderes políticos no período entre as duas guerras mundiais.

Cultuado ainda hoje pela população, Ataturk destacou-se como militar e político. Sua carreira militar foi marcada por duas grandes vitórias: durante a Primeira Guerra Mundial, na defesa da península de Galipoli (1915), estreito de Dardanelos, tornou-se o primeiro e único militar de origem otomana a derrotar um exército ocidental desde as Cruzadas; algum tempo depois (1920-1922), venceu as forças gregas na Guerra da Independência, o que fez com que a Turquia recuperasse a totalidade da Anatólia e a Trácia Oriental, definindo seus contornos políticos atuais, confirmados pelo Tratado de Lausanne (1923).

Como político, Ataturk foi o responsável pela proclamação da República (1923) e pela abolição do califado (1924), fatos que puseram fim à longa dinastia otomana. Ele canalizou e perpetuou o entusiasmo nascido pela Guerra de Independência, para realizar a unidade do país não somente em torno de sua figura carismática, mas em torno de ideias ligadas a um partido único (Partido Republicano do Povo), cujos princípios foram o republicanismo, o nacionalismo, o populismo, o estatismo, o laicismo. Em suma, promoveu uma verdadeira revolução.

O resultado dessas ideias levou à supressão dos tribunais e das escolas religiosas, à abolição da poligamia, à substituição do alfabeto árabe pelo latino, ao direito de voto das mulheres, à adoção de um novo código civil, criminal e comercial, à obrigação do casamento civil, ao ensino generalizado em todos os graus sob controle do Estado, entre outros aspectos. Esse turbilhão de mudanças transformou a Turquia no mais ocidentalizado país do mundo islâmico, o principal argumento do país para ter seu pedido de adesão à União Europeia aceito.

# Geopolítica da Oceania

Portugueses e espanhóis foram os pioneiros a aportar em terras da Oceania nos primeiros anos do século XVI. Os primeiros chegaram pela porção leste, e os segundos pela oeste. Em seguida, partilharam a posse de amplas áreas do Pacífico entre si. Muitas dessas possessões ibéricas foram sistematicamente atacadas por corsários e piratas holandeses e ingleses, reduzindo gradativamente a influência de portugueses e espanhóis sobre a área, nos séculos seguintes.

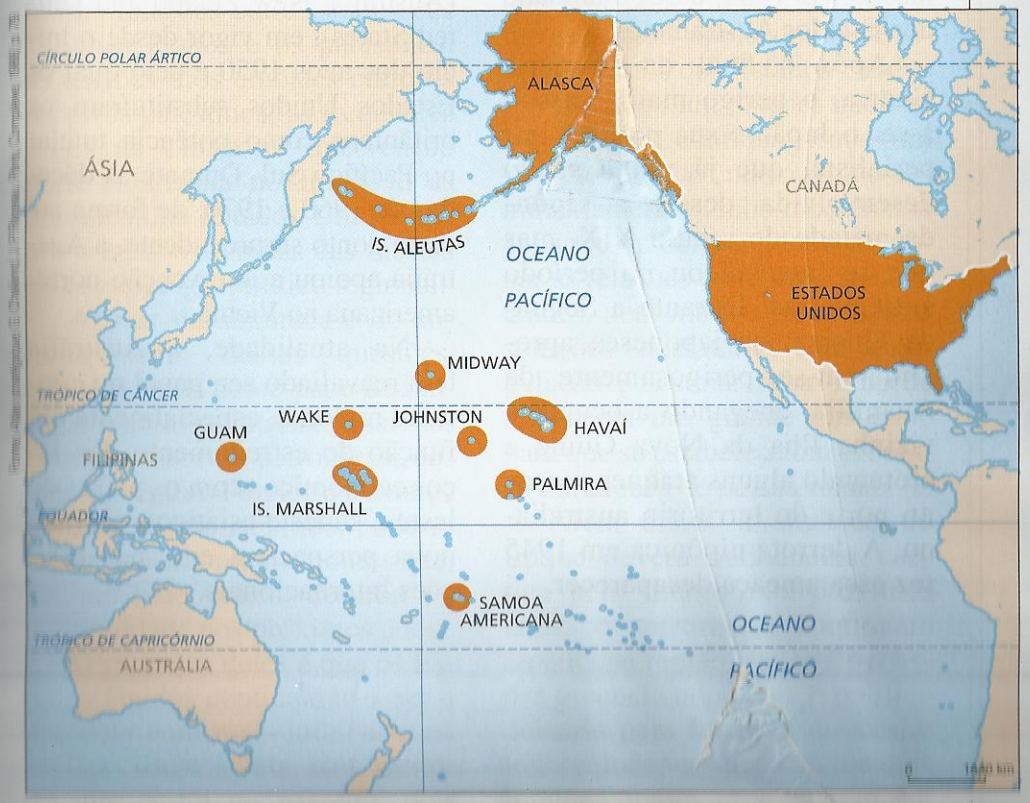
A implantação britânica na Oceania verificou-se ao longo do século XIX, especialmente a partir do fim das guerras napoleônicas, ao mesmo tempo em que a França fixou sua presença notadamente na Polinésia. Na segunda metade do século XIX, a competição imperialista na região acirrou-se com o crescimento da influência do Japão, Alemanha e Estados Unidos reivindicando o controle sobre arquipélagos e ilhas.

A história mais recente da Oceania pode ser caracterizada por uma série de retiradas sucessivas de potências imperialistas que ali tinham interesses. Assim, a Espanha perdeu seus últimos remanescentes coloniais em 1898, logo após sua derrota para os Estados Unidos durante a guerra hispano-americana. A Alemanha, que havia conseguido expressivas conquistas na região após 1880, perdeu todas as suas possessões coloniais depois de ter sido derrotada na Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Essas possessões acabaram sendo apropriadas pelo Japão, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia. Em 1945, foi o Japão que viu desaparecer seu império oceânico em função da derrota para os Estados Unidos e aliados, ao final da Segunda Guerra Mundial.

A vitória americana tornou os Estados Unidos a potência hegemônica do Pacífico, fato que se cristalizou quando a marinha do país instalou uma densa rede de bases militares não só nos arquipélagos conquistados no final do século XIX como também nas ilhas tomadas aos japoneses em 1945. O ponto estratégico mais importante do dispositivo de segurança dos Estados Unidos no Pacífico foi e continua sendo o Havaí, onde está situada a principal base do país na região. Durante a Guerra Fria a marinha americana reinou de forma inconteste nas águas da Oceania.

Fora o domínio quase absoluto dos Estados Unidos, vale destacar as posições mantidas ainda hoje pela França na região. Uma delas é o arquipélago da Nova Caledônia, onde os nativos locais, conhecidos como canacas tentam há décadas conquistar a independência. A outra é a região da Polinésia Francesa, mais especificamente o atol de Mururoa onde os franceses realizaram experiências atômicas, fato que causou grande repúdio por parte da comunidade internacional.

O fim da Guerra Fria reduziu o valor estratégico dos microestados e dependências coloniais e semicoloniais da região, apesar do expressivo crescimento econômico registrado nas últimas décadas na região da bacia do Pacífico. Para alguns países insulares da Oceania, o problema maior é o aquecimento global que, ao acelerar o derretimento de parte das calotas polares, promove o aumento do nível das águas oceânicas, podendo levar ao desaparecimento de alguns deles, pois ficariam totalmente submersos.




A presença dos EUA na Oceania durante a Guerra Fria

## A Austrália e suas visões estratégicas

Ao longo de mais de um século, as percepções australianas sobre as ameaças que pairavam sobre o país modificaram-se bastante. Assim, de 1890 a 1914, as preocupações geopolíticas da Austrália estavam ligadas à expansão naval alemã e ao império colonial que os germânicos construíam ao norte do território australiano. Sob certos aspectos, foi essa ameaça que acelerou a formação, em 1901, da Comunidade dos Estados Australianos.

Após o final da Primeira Guerra, o perigo maior passou a ser o Japão e sua política imperialista, que já vinha sendo desenvolvida desde a segunda metade do século XIX, mas que se intensificou no período entreguerras. Durante a Segunda Guerra, os japoneses aproximaram-se perigosamente da Austrália, chegando a ocupar a vizinha ilha da Nova Guiné e efetuando alguns ataques aéreos no norte do território australiano. A derrota nipônica em 1945 fez essa ameaça desaparecer.

Com o advento da Guerra Fria, a nova ameaça era a progressiva expansão de regimes comunistas em vários países asiáticos como na China, Coreia do Norte e no antigo Vietnã do Norte. Em face dessa ameaça, a Austrália, que em outras épocas sempre esteve aliada à Grã-Bretanha, alargou a aliança incorporando-se aos esquemas político-militares comandados pelos Estados Unidos. É nesse contexto que se deve entender a participação da Austrália, juntamente com a Nova Zelândia no pacto Anzus (Australia, New Zeland and United States), em vigor desde o início dos anos 1950 e pelo qual os Estados Unidos substituíram os britânicos como potência tutelar no Pacífico Sul. Durante as décadas de 1960 e 1970, de forma até certo ponto surpreendente, a Austrália apoiou a intervenção norte-americana no Vietnã.

Na atualidade, a Austrália tem reavaliado seu papel no contexto regional, especialmente em função do estreitamento dos laços econômicos com os países do leste e sudeste asiáticos, abrindo nova perspectiva em suas relações internacionais.

# Cenários prováveis para o Oriente Médio

O Oriente Médio é uma das áreas mais convulsionadas do mundo e há muito tempo vive nessa situação que metaforicamente pode ser descrita como um barril de pólvora com pavio aceso, prestes a explodir. As conflituosas relações entre Israel, seus vizinhos árabes e os palestinos, as tensões e os embates entre os próprios palestinos, as frequentes crises no Líbano, a intervenção norte-americana no Iraque e as pressões dos Estados Unidos sobre o Irã são algumas das facetas do contexto geopolítico regional.

Apesar da dinâmica e do entrelaçamento dessas questões, que têm ainda como pano de fundo o interesse internacional nas enormes reservas petrolíferas dos países do golfo Pérsico e o avanço do extremismo islâmico, pode-se tentar levantar alguns pontos que, ao que tudo indica, deverão ter continuidade nos próximos anos.

O primeiro deles é que os Estados Unidos continuarão a ser a potência com mais influência na região. Todavia, ela será menor do que já foi no passado, pois as políticas e estratégias norte-americanas para a região serão cada vez mais contestadas por outros atores da cena internacional, como a União Europeia, a Rússia e a China.

O segundo é que o Irã parece cada vez mais se firmar como um dos Estados mais poderosos da região, em virtude não só da riqueza fornecida pelo petróleo, mas também porque sua influência tem se fortalecido no Iraque e junto a grupos como o Hezbollah libanês e o Hamas palestino.

Já Israel, outra potência regional, tem dois grandes trunfos: o incondicional apoio dos sucessivos governos dos Estados Unidos e a posse de um arsenal nuclear. No entanto, continua sendo um "corpo estranho" numa região dominantemente árabe-muçulmana e não tem conseguido equacionar as relações com seus vizinhos árabes, nem muito menos buscar soluções satisfatórias com a população palestina. Essa situação representa um grande obstáculo para que se estabeleça um processo duradouro de paz na região.

Além disso, a situação do Iraque deverá permanecer caótica pelo menos nos próximos anos, o terrorismo continuará atuante na região, e o Islã persistirá preenchendo o vazio político deixado pelo fracasso de modelos socioeconômicos ocidentais implementados sem sucesso por alguns dos governos de países

da região. De maneira geral, os regimes dos países árabes continuarão mantendo-se com grande grau de autoritarismo.

Sob o ângulo econômico, o petróleo, principal matéria-prima energética extraída na região, continuará apresentando preços cada vez mais elevados e, paradoxalmente, o comércio intrarregional permanecerá praticamente com pouca expressão.

Oriente Médio, área de conflitos e tensões

# Petróleo e gás: um novo jogo na Ásia Central

Quando se fala em petróleo, a primeira região do mundo que associamos a essa matéria-prima energética é o Oriente Médio. Isso é inevitável porque, ao longo do século XX, essa porção do continente asiático tornou-se a maior produtora e exportadora mundial de petróleo, e nela encontram-se as maiores reservas comprovadas do chamado ouro negro.

Apesar de o Oriente Médio possuir uma área de cerca de 5 milhões de km$^2$, pouco mais da metade da superfície do Brasil, o petróleo, por um "capricho geológico", é encontrado quase exclusivamente em torno do golfo Pérsico. Assim, países como a Arábia Saudita, o Irã, o Iraque e os pequenos emirados do golfo (Kuwait, Qatar, Bahrein e Emirados Árabes Unidos) são responsáveis por cerca de um quarto da produção mundial e por uma participação ainda maior na exportação dessa matéria-prima.

Todavia, cerca de pouco mais de 1.000 km, ao norte do golfo Pérsico, na região da Ásia central, tendo o mar Cáspio como núcleo, existe outra área extremamente promissora em termos de produção de hidrocarbonetos. Destacam-se aí a produção petrolífera do Casaquistão e Azerbaijão e a de gás natural no Usbequistão e Turcomenistão. Se hoje a produção desses países ainda não é tão expressiva — cerca de 2% da produção mundial de petróleo e 4% da de gás —, há previsões de que a produção e a exportação desses recursos sejam no mínimo triplicadas nos próximos 20 anos.

Com presença reconhecida há muito tempo, esses recursos só passaram a ser explorados a partir da segunda metade do século XIX. Já nessa época, a riqueza petrolífera da região despertava grande interesse das potências ocidentais. Tanto isso é verdade que, em 1897, os campos petrolíferos de Baku, no atual Azerbaijão, eram responsáveis por 45% da produção mundial do petróleo.

Em seguida, a região perdeu importância e foi suplantada pela produção de outras áreas, em detrimento daquelas localizadas no Oriente Médio. Durante grande parte do século XX, quando a região foi integrada à ex-URSS, a produção junto ao Cáspio foi relegada em função da descoberta e da exploração de petróleo e gás das regiões do Volga–Ural e da Sibéria. Em 1991, a produção do Cáspio não representava mais do que 3% da produção da antiga URSS. O surgimento de novas repúblicas resultantes da desintegração da

URSS, tanto na região do Cáspio quanto na do vizinho Cáucaso, relançou o interesse ocidental sobre os recursos da região.

Do ponto de vista geopolítico, pode-se afirmar que existe atualmente um espaço "caspiano", onde se entrecruzam e se confrontam interesses contraditórios de vários Estados, inclusive os extrarregionais. Geograficamente, esse espaço agrupa Estados ribeirinhos do mar Cáspio (Azerbaijão, Rússia, Turcomenistão, Casaquistão e Irã). Inclui também os do Cáucaso, onde se localizam repúblicas e regiões autônomas pertencentes à Federação Russa, como a Chechênia e o Daguestão, e as antigas repúblicas soviéticas da Geórgia, Armênia e Azerbaijão. Nos últimos anos, em torno desse amplo espaço asiático se desenrolam as disputas pela exploração e, principalmente, pelo escoamento de hidrocarbonetos.

Azerbaijão, Casaquistão, Turcomenistão e Usbequistão têm pelo menos três importantes características geográficas e geopolíticas comuns: suas populações são majoritariamente muçulmanas, fizeram parte da antiga URSS e não possuem acesso direto a mares abertos. Desta última característica decorre a necessidade de tais países utilizarem territórios de outras nações para o escoamento de seus produtos. Sendo assim, o traçado dos oleodutos e gasodutos já existentes e os que virão a ser construídos têm amplas repercussões geopolíticas e econômicas.

Antes de 1991, o escoamento do petróleo fazia-se, das áreas produtoras do Azerbaijão e Casaquistão em direção ao mar Negro, através de oleodutos que chegavam aos portos de Novorossilsk (Rússia) e Supsa (Geórgia), tudo isso no interior do território da antiga URSS.

Com a independência das repúblicas da Ásia central e do Cáucaso, não só a situação política mudou como também despertou o interesse sobre novos traçados dos oleodutos. Assim, em direção ao Oeste, além dos dutos já existentes (que interessam à Rússia e à Geórgia), há projetos de um novo traçado que, saindo do Azerbaijão, percorreria a Geórgia e a Turquia, chegando ao porto turco de Ceyhan no Mediterrâneo. Vale a pena lembrar que a Turquia é um país fundamental do dispositivo estratégico dos Estados Unidos em toda a região. Convém ressaltar também que todos esses dutos citados cruzam regiões de conflitos ou de tensões geopolíticas da Rússia (Chechênia), Geórgia e Turquia.

Existe outro projeto, ainda em estudo, do escoamento de recursos energéticos, especialmente do gás natural do Turcomenistão, que teria direção geral norte–sul com duas variantes. Uma delas sairia das áreas produtoras em direção





ao golfo Pérsico através do território do Irã. O problema é que o regime de Teerã não conta com a confiança do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos (o Irã é um dos países que fazem parte do "eixo do terror" de Bush). A segunda variante é aquela que, saindo do Turcomenistão, chega ao litoral do Paquistão cruzando o território do Afeganistão. Talvez aí esteja uma das fortes razões para que o Afeganistão seja rapidamente "pacificado".

Por fim, há ainda mais outro projeto, aparentemente pouco exequível em função das grandes distâncias (mais de 3.000 km), que ligaria áreas produtoras do oeste do Casaquistão a portos da China.

Todo esse conjunto de dados permite concluir que a região em torno do Cáspio vem se constituindo no pivô central de disputas no novo contexto geopolítico da Ásia central que emergiu a partir de 1991. Não há dúvida de que o controle sobre os dutos de petróleo e gás será o mais importante fator geopolítico da região nas próximas décadas.

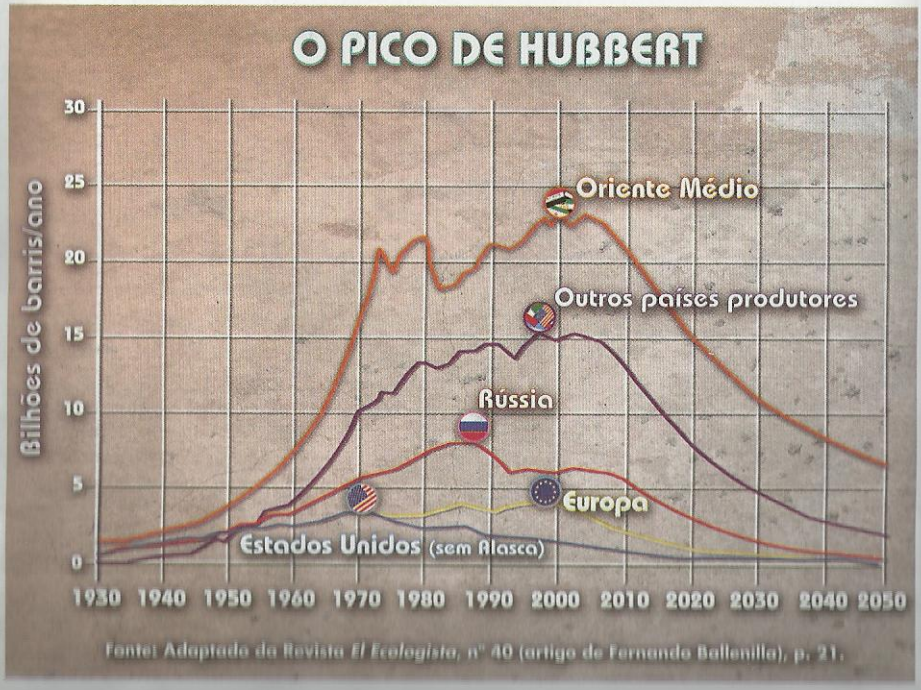
A "guerra" dos dutos na Ásia Central

## O Pico de Hubbert

O chamado Pico de Hubbert, ou pico do petróleo, refere-se ao momento em que o conjunto da humanidade já não conseguiria extrair mais petróleo do que aquele obtido em períodos anteriores. Quando isso acontecesse, o planeta sofreria um choque mais profundo que aquele produzido pelos dos anos 1970.

Essa teoria, desenvolvida pelo geofísico M. King Hubbert, previu com antecedência de quinze anos o pico do petróleo nos Estados Unidos, que vem desde 1970 produzindo menos petróleo a cada ano. Até essa época, o país gerava a maior parte do que consumia. Hoje importa 60% do que consome, índice que deverá atingir 70% em 2020. Desde 1982, o mundo consome mais petróleo do que descobre.

Segundo estimativas, o pico do petróleo em termos mundiais ocorreria entre 2007 e 2020, embora alguns especialistas afirmem que o fenômeno se dará somente em 2037. Em muitos países, regiões e províncias petrolíferas o pico já aconteceu, caso dos Estados Unidos, do Canadá, da Venezuela, da Rússia e das áreas do mar do Norte. Ainda não chegaram a esse estágio a Arábia Saudita, o Iraque o Kuwait e as áreas do mar Cáspio.




Fonte: Adaptado da Revista *El Ecologista*, nº 40 (artigo de Fernando Ballenilla), p. 21.

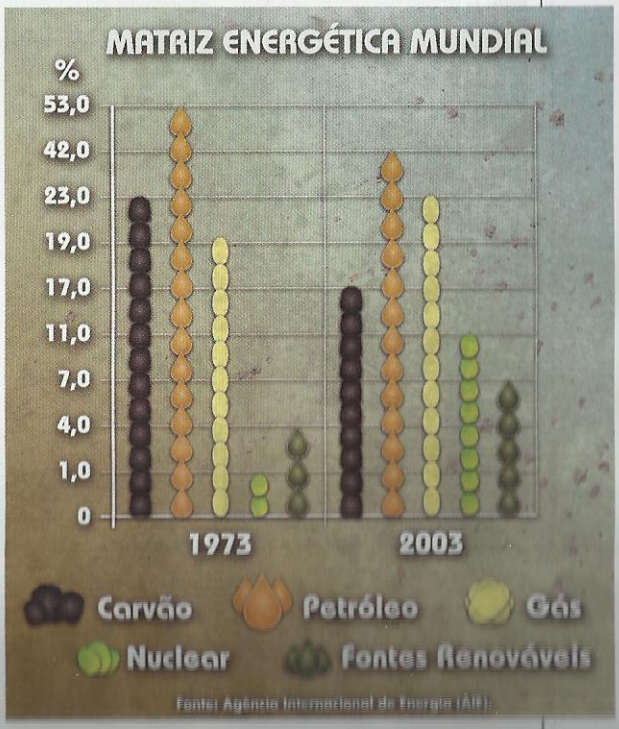
# Energia e desenvolvimento

Tradicionalmente conceitua-se energia como a capacidade de produzir trabalho e, desde sempre, o homem precisou de energia para sobreviver e para conseguir seu sustento através do trabalho. Ao longo da história, o aumento da capacidade de produção das sociedades humanas levou não só ao crescimento do consumo como ensejou uma busca contínua de novas fontes de energia.

Até o século XVIII, a evolução do consumo e a procura por novas fontes aconteceu de forma lenta e sem muita continuidade. Desde a Revolução Industrial, operou-se uma mudança radical. A invenção e a utilização da máquina a vapor, do dínamo e alternadores elétricos, por exemplo, revolucionaram os processos produtivos e o dia-a-dia das pessoas.

A invenção dos motores a explosão, movidos por derivados do petróleo, fez com que o chamado ouro negro passasse a ser a matéria-prima energética de maior importância do século XX. Além disso, a partir da segunda metade do último século, ganhou importância a produção e o consumo de energia nuclear, especialmente nos países desenvolvidos.

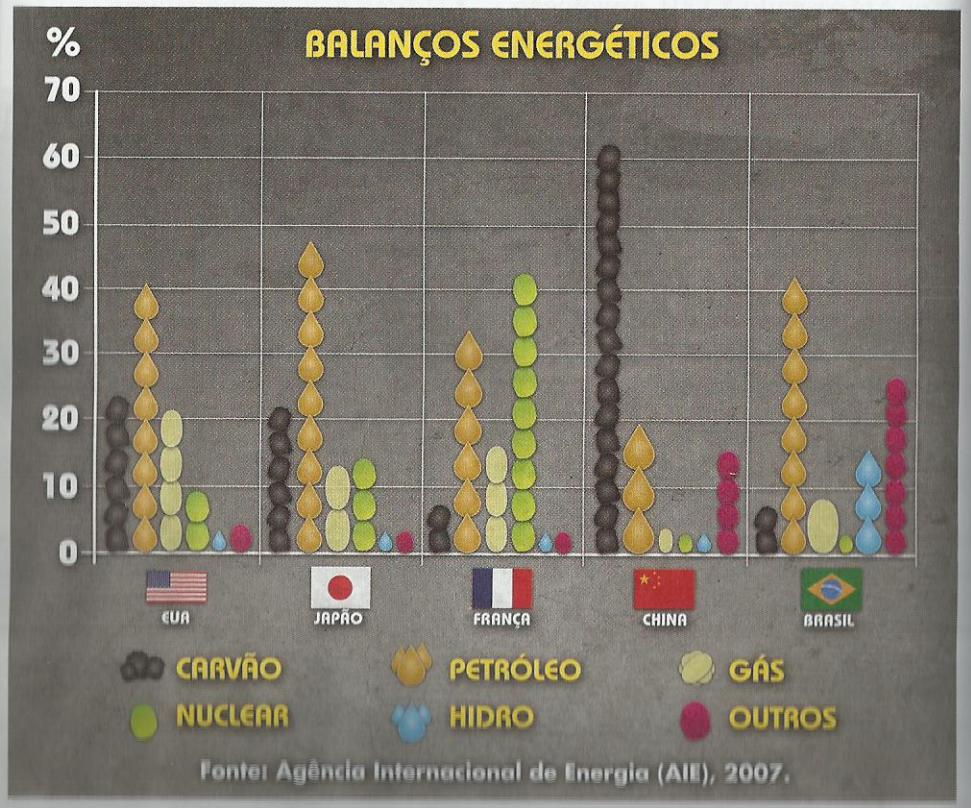
Atualmente, os recursos energéticos mais utilizados no mundo são o petróleo, o carvão, o gás natural, os minerais radioativos e a água. Essas fontes são responsáveis por quase 90% da oferta mundial de energia. Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia, o consumo mundial em 2020 deverá aumentar cerca de 40% em relação ao que se verificava no final do século XX. Todavia, não ocorrerão modificações significativas nas fontes fornecedoras: petróleo, carvão e gás natural continuarão respondendo por pouco mais de 80% do fornecimento de energia.



No entanto, dados sobre o consumo de energia podem também contribuir para dar pistas do nível de desenvolvimento de um país. Um deles é o consumo bruto de energia. Ele revela que, de forma geral, os chamados países desenvolvidos consomem muito mais energia que os menos desenvolvidos. Assim, os países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), embora possuam menos de 30% da população mundial, consomem quase 60% do total de energia.

Outro índice é o consumo de energia comercial *per capita*, que relaciona o total de energia, transformada em tonelada equivalente de petróleo (TEP) por ano, por habitante. A TEP é uma medida de equivalência baseada no valor energético de uma tonelada de petróleo, isto é, o poder energético das diferentes fontes primárias de energia é transformado em valores equivalentes aos de toneladas de petróleo.

Assim, por exemplo, um norte-americano consome anualmente em média quase 20 vezes mais






TEP que um queniano. De maneira geral, os países ricos possuem consumo muito superior à média mundial, enquanto a maioria dos países da América Latina, África e Ásia está abaixo dessa média.

Outro aspecto que pode ser analisado diz respeito à participação das diferentes fontes primárias na geração de energia em diferentes países. Assim, nos desenvolvidos como os Estados Unidos, três fontes principais — petróleo, carvão e gás — são responsáveis por grande parte da energia consumida. Já no caso da França, chama a atenção a importância da fonte nuclear, responsável por pouco mais de 40% da energia gerada no país. Esse fato acontece também, só que em menor proporção, em outros importantes países da Europa (Alemanha e Grã-Bretanha) e Japão.

Já os subdesenvolvidos apresentam vários tipos de situação. Os detentores de grandes reservas de hidrocarbonetos, como o Irã e a Arábia Saudita, têm mais de 90% de suas fontes energéticas ligadas ao petróleo e ao gás natural. Em outros, como a China, em função de sua riqueza carbonífera, essa fonte é responsável por grande parte da energia consumida. Não é à toa que a questão ambiental na China é extremamente grave.

No caso da África, com raras exceções, como a República Sul-Africana onde o carvão é responsável por mais ou menos três quartos da energia, as fontes primárias principais são a lenha e o carvão vegetal. Mesmo na Nigéria, o maior produtor de petróleo do continente, as fontes ligadas à biomassa são responsáveis por grande parcela da geração de energia. Especialmente nesse continente, a falta de alternativas energéticas tem inibido as iniciativas de combate à pobreza. Além disso, essa "modalidade" de utilização de fontes energéticas está ligada à degradação ambiental, cujas causas estão na intensa exploração da vegetação natural, arbustiva e arbórea para a obtenção de lenha e carvão vegetal.

# A economia mundial e seus nervos de aço

É um foguete? É um homem? É um avião? Não, é o Superhomem, o Homem-de-aço! O aço sempre esteve associado à força e à resistência, tanto na realidade como no imaginário das sociedades humanas.

Assim, na mitologia greco-romana há deuses que se identificavam de alguma forma com o aço. Era o caso de Hefestos (o Vulcano dos romanos), uma das doze divindades do Olimpo. Mestre das artes da forja e do trabalho com os metais, era considerado o "ferreiro dos deuses", o grande "fabricante" de armas como as flechas de Apolo e o escudo de Aquiles.

Na mitologia escandinava, essa característica do aço ligada à força também se tornou lendária, como atesta o machado ou martelo de Thor, filho do deus Odin. Na mitologia celta, excalibur era a espada mágica do rei Artur, aquele dos cavaleiros da Távola Redonda.

Deixando de lado lendas, mitos e magias, o aço é na atualidade produto presente em um número imenso de atividades humanas. Sendo o mais utilizado dos metais, ele aparece, por exemplo, nas estruturas dos prédios, nos automóveis e outros veículos, nas naves espaciais, assim como em utensílios de uso corriqueiro, desde os eletrodomésticos às panelas. E, como não poderia deixar de ser, é intensamente empregado na indústria bélica.

O aço consiste na adição de pequena quantidade de carbono ao minério de ferro que já tenha passado por um processo de tratamento industrial (o chamado ferro-gusa) que, depois de uma série de etapas, torna-se um produto com as características específicas desejadas. Além do carbono, outros elementos são frequentemente adicionados, para dar ao aço propriedades especiais como dureza, durabilidade e resistência à corrosão.

Ao que tudo indica, o aço foi obtido pela primeira vez na Antiguidade, quando o carbono proveniente do carvão das fogueiras se misturou ao ferro que estava sendo fundido. Durante a Idade Média, a fabricação do aço permaneceu uma arte, com grande variedade de técnicas locais. Ele se tornou disponível para o uso em larga escala apenas no século XIX.

A produção de ferro e do aço, isto é, a metalurgia e a siderurgia, constituem-se nos ramos mais importantes da indústria de base. A siderurgia supre as necessidades de um grande número de indústrias de bens de produção e de bens de consumo.

Durante a Revolução Industrial, quando foi inventado o processo de coqueificação do carvão mineral e desenvolvidos os sistemas de altos fornos, a siderurgia se expandiu, e o carvão mineral transformou-se em combustível e matéria-prima fundamentais. Assim, as mais importantes siderúrgicas daquela época passaram a se instalar junto às bacias carboníferas.

Primeiramente na Grã-Bretanha, a siderurgia estabeleceu-se sobre as reservas de carvão situadas no País de Gales e na Escócia. Na Alemanha, o vale do Rhur tornou-se a mais importante região siderúrgica da Europa. Nos Estados Unidos, na porção sul dos Grandes Lagos, surgiu a maior concentração siderúrgica do mundo, junto à bacia carbonífera dos Apalaches.

O transporte interligado do carvão e do ferro permitiu o desenvolvimento das indústrias siderúrgicas francesas da região ferrífera da Lorena. O carvão do Rhur e as reservas da Bélgica passaram a abastecer a indústrias francesas através do sistema fluvial da bacia do Reno.

Essa integração industrial franco-alemã transformou as ricas regiões da fronteira em foco de disputas geopolíticas e militares que se estenderam da segunda metade do século XIX (Guerra Franco-Prussiana, 1870-1871) à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1952, o tratado da Ceca (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), passo inicial daquilo que mais tarde viria a ser a União Europeia, transformou a disputa em colaboração.

No pós-guerra, ampliou-se a demanda mundial de ferro e aço, motivada pelas necessidades de reconstrução econômica pela modernização geral das estruturas de produção e dos sistemas de transportes e, é claro, pela corrida armamentista decorrente da Guerra Fria. Como resultado disso, as velhas localizações junto às regiões carboníferas perderam terreno.

Além do mais, as técnicas modernas de produção siderúrgica levaram a grande economia de minério de ferro e carvão. Aperfeiçoaram-se também os processos de aglomeração e pelotização de minério de ferro junto às minas. Isso supriu as usinas de matérias-primas enriquecidas que, em função da redução de peso, permitiram novas localizações menos dependentes de grandes volumes de minério de ferro e de carvão.

O caso do Japão, um dos maiores produtores mundiais de aço, é singular: o país não dispõe nem de carvão nem de minério de ferro. Depois da Segunda Guer-

ra, os japoneses desenvolveram a siderurgia com base nas localizações portuárias e na capacidade de transporte de navios enormes, que trazem matérias-primas de portos espalhados no mundo todo. A localização marítima da indústria siderúrgica tornou-se, então, muito comum no mundo. Nos Estados Unidos, a região dos Grandes Lagos exemplifica bem tal fenômeno.

No Brasil, há uma grande concentração da indústria siderúrgica na região Sudeste. A importância maior desse setor em Minas Gerais reflete, entre outros fatores, o peso preponderante das jazidas de ferro nas decisões de localização industrial.

A relevância do Rio de Janeiro, de um lado, deve-se à decisão política da implantação, em 1946, da Companhia Siderúrgica Nacional e, de outro, à situação privilegiada da empresa em relação à matéria-prima, aos mercados consumidores e à infraestrutura de transportes. O Espírito Santo, por sua vez, beneficiou-se essencialmente do fator transporte por meio do porto de Vitória–Tubarão e da Estrada de Ferro Vitória–Minas. O setor siderúrgico é um dos poucos ramos industriais em que São Paulo não ocupa a liderança no país.

Embora a indústria siderúrgica esteja disseminada por quase todo o planeta, a produção de aço bruto está bastante concentrada. Assim, os dez maiores produtores reúnem cerca de dois terços da produção mundial. Os cinco maiores — China, União Europeia, Japão, Estados Unidos e Rússia — produzem aproximadamente dois terços do aço mundial.

O Brasil, segundo os dados de 2000, era o oitavo maior produtor, com participação de 3,3% da produção mundial. Apesar dessa pequena expressão no contexto internacional, a produção siderúrgica de nosso país corresponde à metade do aço produzido na América Latina.

Os dez maiores produtores de aço

# Estados Unidos e a América Central a caminho da integração econômica

Durante mais de uma década discutiu-se no continente americano a possibilidade da criação de uma zona de livre comércio que reuniria todos os países da região, à exceção de Cuba. Esse bloco econômico, denominado Alca (Área de Livre Comércio das Américas), deveria começar a existir formalmente a partir de janeiro de 2005. Todavia, devido aos inúmeros obstáculos entre os Estados Unidos e os países do Mercosul, especialmente o Brasil, a Alca não foi implementada.

Reconhecendo as dificuldades em se levar adiante o projeto da Alca, o governo norte-americano passou a ter como estratégia a formalização de acordos bilaterais com países ou grupo de países da América Latina. Foi assim com o Chile, que firmou um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, e, mais recentemente, com vários países da América Central. Nesse contexto nasceu o Mercado de Livre Comércio Estados Unidos—América Central, conhecido pela sigla Cafta-DR (Central America Free Trade Agreement—Dominican Republic).

Esse bloco tem, por enquanto, a participação de cinco países da América Central continental (Honduras, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Costa Rica) e um do Caribe (República Dominicana). Tais países possuem um mercado consumidor potencial de mais de 45 milhões de pessoas e absorvem apenas 2% das exportações dos Estados Unidos. O PIB (Produto Interno Bruto) conjunto desses países corresponde a 0,5% do norte-americano, configurando enorme assimetria econômica. O objetivo principal do bloco é eliminar em curto prazo as tarifas e barreiras comerciais. Logo de início, 80% das tarifas seriam extintas.

A redução das barreiras ao comércio deve estimular os investimentos diretos americanos, com a implementação de fábricas voltadas para a montagem de produtos finais destinados ao mercado dos Estados Unidos, semelhantemente ao que já vem ocorrendo há bastante tempo no norte do México.

O interesse de Washington vai além do lado comercial, pois trata-se de uma "obrigação moral e um interesse de segurança nacional em ajudar que prosperem as democracias nessa região".

Estão ainda vivos na lembrança dos estrategistas norte-americanos fatos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, quando um movimento de esquerda tomou o poder na Nicarágua, e outros ameaçaram os governos conservadores da Guatemala e El Salvador. Essa situação teve impactos negativos sobre as rea-lidades socioeconômicas da região, afetando as tentativas de integração econômica iniciadas nos anos 1960.

A "pacificação" aconteceu em momentos distintos: Nicarágua (1990), El Salvador (1992) e Guatemala (1995). Ao mesmo tempo, registraram-se avanços no processo de democratização que conduziram à instauração de governos eleitos por voto direto em todos os países da região. O novo contexto propiciou renovado impulso de integração regional e a reanimação das economias. Todavia, os processos políticos e econômicos ainda possuem bases frágeis e requerem apoio contínuo, para assegurar sua sustentabilidade.

No início do século XXI, as sociedades centro-americanas encararam um conjunto de desafios inter-relacionados. De um lado, a consolidação dos processos de pacificação e de governabilidade democrática e, de outro, o combate à pobreza, à superação das enormes desigualdades sociais e à redução da vulnerabilidade ambiental, uma vez que a região tem sofrido, com frequência, catástrofes naturais como terremotos e furacões.

Os Estados Unidos e o Cafta

# Aquecimento global: o planeta em perigo

Enchentes em regiões semiáridas; verões muito mais quentes em áreas temperadas do hemisfério norte; as neves do monte Kilimanjaro, na África oriental e tema de livros e filmes, prestes a desaparecer; geleiras da Antártida e da Groenlândia encolhendo; nível médio dos mares subindo de forma preocupante em várias áreas densamente habitadas. O que está acontecendo com o clima da Terra?

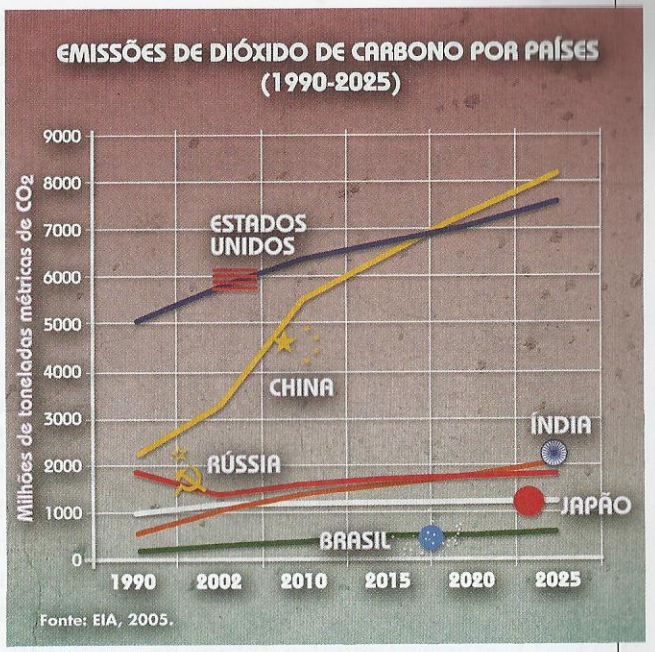
Evidências científicas indicam que houve aumento de 0,5 °C na temperatura média do planeta desde 1975. As médias térmicas nos últimos 30 anos são as maiores do milênio. Desde 1990, vários anos figuram entre os mais quentes desde que se fazem registros térmicos sistemáticos. O aquecimento global é uma realidade e já afeta, direta e indiretamente, populações de todos os recantos do planeta.

Duas correntes oferecem explicações distintas para o aquecimento global. Uma sustenta que o fenômeno é causado fundamentalmente por fatores naturais ligados às oscilações climáticas da história geológica do planeta. A outra, com número crescente de adeptos, afirma que a causa principal do fenômeno é antropogênica.

A contribuição das atividades humanas para a emissão de gases causadores do efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono, está mais que comprovada. Se as atividades primárias e os desmatamentos geram importantes quantidades de $CO_2$, sabe-se que cerca de 60% do total das emissões de "gases de estufa" se origina da queima de combustíveis fósseis, especialmente do petróleo e carvão. O PIB (Produto Interno Bruto), o patamar de industrialização

e a matriz energética explicam o nível das emissões dos países.

Há poucos anos, as previsões indicavam aumento entre 1 °C e 3,5 °C nas temperaturas médias globais durante o século XXI. Todavia, novas pesquisas sugerem aumento bem maior: 1,4 °C, na hipótese otimista, e 5,6 °C, na hipótese pessimista. Entre as consequências, encontram-se inundações catastróficas em algumas áreas, secas terríveis em outras, derretimento sem precedentes das geleiras e elevação do nível médio dos oceanos de 0,50 em a um metro.




Na década de 1960, o número de pessoas afetadas por inundações ao redor do mundo foi de 7 milhões. Atualmente, esse contingente saltou para mais de 150 milhões. Tais impactos são uma espécie de aviso para aquilo que pode estar nos esperando no futuro.

Um mundo mais quente trará grande variedade de impactos para o meio ambiente, para a saúde humana e para a sociedade. O comportamento dos animais e das plantas já dá sinais de mudança. Haverá alterações na duração das estações de crescimento dos vegetais, produção, colheita e também na competição entre espécies animais, levando-as a se deslocarem por longas distâncias em busca de novos *habitats*. Muitas espécies poderão inclusive ser extintas.

O impacto será catastrófico principalmente para os países com relevo de baixas altitudes, como Bangladesh, ou para as ilhas do Pacífico. Deve-se lembrar que pouco mais da metade da população mundial vive em áreas costeiras. Das dezenove maiores cidades do planeta, dezesseis são litorâneas e seriam seriamente afetadas com o aumento do nível dos oceanos causado pelo derretimento das geleiras tanto do hemisfério norte como da Antártida.

# Água na Índia e na China: abundância ou escassez?

Atualmente, cerca de 60% dos habitantes do planeta têm disponibilidade insuficiente de água, enquanto quase 8% da população mundial já vive afetada por grave escassez. O cenário futuro não é otimista: estima-se que em 2050 cerca de quatro bilhões de seres humanos viverão com escassez crônica do chamado "ouro azul".

A escassez atual e futura de água preocupa, em diferentes graus, quase todos os países. No entanto, vale a pena chamar a atenção para a China e a Índia, pois, entre outros aspectos, cerca de um terço da humanidade está concentrada nesses dois países e quase tudo o que acontecer com cada um deles terá repercussões de caráter internacional.

Em termos mundiais, a China é o país mais populoso e possui o terceiro maior território. A Índia é o segundo em população e o sétimo em superfície. Ambos têm áreas de climas áridos e semiáridos, onde a água é naturalmente escassa.

A população hindu cresce em ritmo bem mais acelerado e deverá ultrapassar a chinesa nas próximas décadas. Em ambos os países, a população rural é bem mais numerosa que a urbana: cerca de 60% dos chineses e um pouco menos de 70% dos indianos vivem no campo.

Sabe-se que a agricultura é o setor econômico que mais utiliza recursos hídricos. Cerca de 70% da água utilizada é destinada a esse setor, enquanto o restante vai para uso industrial (20%) e doméstico (10%). Se na China a participação setorial não está muito distante da média mundial (67%, 26% e 8% respectivamente), na Índia o setor agrícola tem consumo bem superior (mais de 80%).

Em termos de utilização de águas subterrâneas, o consumo anual por pessoa na Índia é cerca de cinco vezes maior que o verificado na China. Outro fato diz respeito aos recursos hídricos superficiais (especialmente rios) entre os dois países. Na Índia, a dependência de água renovável vinda de fora do país é de 34%; na China, apenas de 1%.

Isso se explica pelo fato de os principais rios chineses como o Yang-Tsé, o Huang-Ho e o Sikiang terem a totalidade de suas bacias hidrográficas no interior da China. Já as bacias hidrográficas do Ganges e, especialmente a do Indo, estendem-se apenas parcialmente sobre o território da Índia.

Entre suas nascente no Tibete chinês e o Paquistão, país onde





está a maior porção de seu curso, o Indo atravessa um pequeno trecho da Caxemira indiana. Todavia, alguns dos principais afluentes da sua margem esquerda têm parte considerável dos cursos em território hindu.

Nessa região, considerada o maior perímetro irrigado do mundo, a questão da utilização conjunta das águas fluviais encontrou solução satisfatória, fato que não se repetiu em relação a outros problemas de caráter geopolítico nos quais estão envolvidos o Paquistão e a Índia.

Já o Ganges, rio sagrado para o hinduísmo, corre quase integralmente no território da Índia. O país só não tem soberania total em sua foz, na verdade um grande delta que ocupa extensão considerável do território de Bangladesh.

O programa de controle das águas num vale sujeito a constantes inundações requer melhor entendimento entre os dois Estados. Há um antigo contencioso entre ambos em relação não só à barragem indiana de Farakka, mas também no que se refere à partilha das águas. Bangladesh é es-

Rios da Índia e China

pecialmente vulnerável a inundações e o Estado menos preparado para fazer frente a esses desastres naturais.

A China também possui enormes problemas em relação ao uso de seus recursos hídricos. Na porção centro-ocidental do país, área de domínio de climas áridos e semiáridos e de população rarefeita, a questão da escassez é natural. Na parte oriental, onde se concentram a maior parte da população e as principais regiões urbano-industriais, podem-se distinguir duas sub-áreas: a porção meridional e a parte norte.

A primeira abrange cerca de três quartos dos recursos hídricos do país, com destaque para a bacia do Yang-Tsé. A outra é a porção norte, região bem mais seca, mas responsável pela geração de mais de 60% das riquezas agrícolas. É a área da bacia do Huang-Ho, onde a escassez de água já é uma realidade.

Para se ter ideia da situação, em 1972, pela primeira vez na milenar história do país, o rio Huang-Ho secou e deixou de chegar ao mar por 15 dias. Em 1997, ele deixou de correr para o mar por 226 dias.

É por isso que o governo chinês vem implementando o maior projeto de transposição de águas do mundo, visando a captar águas do sul e transferi-la para o norte. É um projeto grandioso, que envolve a construção de três canais sul–norte interligando quatro dos maiores rios do país. A conclusão está prevista para 2050.

Especialistas estimam que pelo menos 250 mil pessoas deverão ser reassentadas e chamam a atenção para o fato de que o projeto atende a uma pequena parcela do déficit de água da região. É um alerta importante para projetos semelhantes que tendem a ser desenvolvidos em outras partes do mundo.

# Mar de Aral: uma catástrofe anunciada

A ação do homem sobre a natureza muitas vezes tem sido nefasta, causando no meio ambiente problemas graves que se refletem nas próprias sociedades humanas. Um dos maiores desastres ambientais e humanos de que se tem notícia vem se verificando nas últimas décadas na Ásia central, mais especificamente na região do mar de Aral. Esse mar, na verdade um lago, banha, na Ásia central, terras do Casaquistão e do Usbequistão, duas repúblicas que até 1991 faziam parte da extinta União Soviética.

Por volta da década de 1960, o mar de Aral tinha superfície de cerca de 66,5 mil km$^2$, mais ou menos três vezes o tamanho de Sergipe, o menor estado do Brasil. Sua profundidade média era de 16 metros, e sua salinidade um terço mais baixa que a registrada geralmente nos oceanos. Dois rios principais lançam suas águas no Aral: o Amu Daria, ao sul, e o Sir Daria, ao nordeste. Esses rios, as duas principais fontes de recursos hídricos da Ásia central, têm suas nascentes nas altas montanhas que fazem parte do sistema do Himalaia e que distam cerca de 1.000 km da foz.

Na década de 1960, as autoridades da antiga URSS puseram em prática uma intensa política de irrigação, utilizando as águas dos rios, especialmente as do Amu Daria. Tal política visava a consagrar sete milhões de hectares da Ásia central para o cultivo do algodão. O sistema de cultivo em pouco tempo tornou o Usbequistão o quarto maior produtor e o segundo exportador mundiais do "ouro branco". Esse sucesso econômico provocou e continua provocando danos enormes ao meio ambiente e às populações da região, especialmente a mais de um milhão de pessoas da Karakalpakia, república autônoma pertencente ao Usbequistão.

Em termos ambientais, o desastre pode ser avaliado por uma série de dados. Na década de 1980, o fluxo de água do Amu Daria e do Sir Daria era de apenas 10% daquele registrado vinte anos antes de iniciada a utilização da técnica de irrigação. Desde a segunda metade da década de 1990, nenhuma gota de água dos rios tem chegado ao Aral. A interrupção do fluxo de água, combinada com a forte evaporação e a pouca chuva (deve-se lembrar que o clima dominante da região é desértico), fizeram diminuir cerca de 65% a superfície do mar. Como consequência, seu volume de água decresceu em 80%, e a profundidade média reduziu-se em

18 metros na parte sul e 13 metros na porção norte do mar. A salinidade do Aral passou a ser equivalente à dos oceanos em geral.

O recuo da superfície do mar foi deixando em seu leito seco milhares de hectares de áreas desérticas, recobertas por sais, alguns deles tóxicos, que os ventos dispersam por vasta região. A água residual do mar e aquelas do curso inferior dos rios tiveram o teor de sal aumentado. Da mesma forma, elevou-se a carga de resíduos químicos e bacteriológicos, fruto da utilização abusiva de adubos, pesticidas e outros produtos químicos.

Do ponto de vista humano, a tragédia não é menor. À catástrofe ambiental, aliou-se a decadência econômica e social da região, que já figurava como uma das mais pobres de toda a antiga União Soviética. Mais de um milhão de pessoas já estão ou estarão nos próximos anos expostas a ameaças de poluição tóxica resultantes da múltipla contaminação química. Dentre os habitantes da região, mulheres e crianças são as mais afetadas.

Estudos feitos por médicos e sanitaristas atestam altos níveis de metais pesados, sais tóxicos e outras substâncias na água potável ingerida pelos habitantes da região. A maior parte dos vegetais consumidos está contaminada por pesticidas, utilizados em grandes quantidades para combater pragas que atacavam os algodoais.

Como consequência, nos últimos 20 anos houve aumento brutal de doenças, especialmente o câncer, que atacam os rins e o fígado. Houve ainda incremento desmesurado de doenças artríticas e bronquite crônica. Cerca de 20% das mulheres entre 13 e 19 anos sofrem de doenças renais; 23% têm disfunções na tireoide, e muitas delas possuem no sangue altos níveis de metais pesados, como o chumbo, zinco e estrôncio. Uma vez que cerca de 90% das mulheres apresentam anemia, quando dão à luz, grande parte delas acaba tendo hemorragias, o que explica a altíssima mortalidade maternal.

A independência das repúblicas da antiga Ásia central soviética em 1991 gerou esperanças de melhora da situação. Os programas de assistência, especialmente os colocados em prática por organizações internacionais, surtiram pouco efeito até agora. Contudo, sua presença tem possibilitado alertar a opinião pública mundial para a situação dramática vivida pelas populações atingidas pela catástrofe. São vítimas de políticas econômicas absurdas executadas por governos autoritários.

Evolução do ressecamento do mar de Aral

Fonte: Adaptado do Atlas da Globalização (Le Monde Diplomatique – Edição portuguesa), p. 65.

# O alfabeto, as tempestades e os furacões

Durante o verão do hemisfério norte, ciclones, tempestades tropicais e furacões costumam atingir a costa leste–sudeste dos Estados Unidos. Os ciclones são definidos como grandes turbilhões de ar, com ventos que se deslocam de suas extremidades para o centro e se formam sobre amplas superfícies do mar do Caribe. Surgem em regiões em que a água do mar atinge temperaturas superiores a 25,3 °C, propiciando o encontro de massas quentes e frias. O ar quente tende a subir enquanto o ar frio tende a descer, gerando fortes ventos verticais. Esses ventos são, então, empurrados pelo movimento de rotação da Terra.

Se os ventos do ciclone atingirem a velocidade de 62 quilômetros por hora, temos uma depressão tropical; se eles estiverem entre 62 e 118 quilômetros por hora, o fenômeno é considerado uma tempestade tropical e, se ultrapassarem esta última cifra, teremos um furacão. Na costa asiática do Pacífico e no Índico, esses fenômenos são denominados de tufões.

A temporada de tempestades tropicais e de furacões do Atlântico Norte ocorre quase sempre entre 1º de junho e 30 de novembro (verão e outono). Para cada tempestade tropical ou furacão, é dado um nome que segue a ordem alfabética, conforme a ocorrência.

**omes de furacões, usados nos Estados nidos, Caribe e golfo do México.**

Durante muito tempo, os nomes foram só femininos. Devido a pressões de movimentos feministas, passou-se a intercalar nomes masculinos. Foi definido também que os nomes dados aos furacões e tempestades tropicais seriam repetidos de seis em seis anos.

Alguns dos piores furacões que ocorreram nos Estados Unidos foram o Hazel (1954), que causou cerca de 1.200 vítimas em toda a costa leste do país, o Audrey (1957), com cerca de 500 mortos, especialmente no estado da Louisiana, e o Camille (1969), que ocasionou 225 vítimas.

A temporada de furacões em 2005 foi excepcional não só em função do número de ocorrências desses fenômenos (mais de 20), como também pela intensidade destrutiva de alguns deles. Em setembro de 2005, o furacão Katrina atingiu em cheio regiões do baixo vale do Mississipi, devastou a cidade de Nova Orleans e deixou cerca de 2.000 vítimas fatais, além de enorme número de desabrigados.

# Impactos ambientais na China

Depois de quase 30 anos de crescimento econômico contínuo (média anual superior a 7%), a China vem pagando um pesado tributo ambiental. Não são poucos os que afirmam que o país vive um dos maiores desastres ecológicos da história.

Por exemplo, as chuvas ácidas já atingem cerca de 30% do território e contamina, em diferentes graus, quase toda a rede fluvial do país. Pelo menos metade dos chineses não tem acesso à água potável de boa qualidade. No que se refere à poluição atmosférica, ela é responsável por aproximadamente 75% das doenças crônicas e é a principal causa das mortes ligadas a enfermidades respiratórias e cardíacas.

Com a manutenção do crescimento econômico e a ampliação do consumo, a necessidade por mais energia e recursos naturais deve aumentar, agravando ainda mais a situação já existente.

Nos últimos 50 anos, a China transformou-se no segundo maior emissor mundial de dióxido de carbono, o principal gás responsável pelo aquecimento global do planeta. Lançando atualmente na atmosfera mais de 12% das emissões de gases poluentes, o país é apenas superado nesse quesito pelos Estados Unidos.

Assim, sete entre as dez cidades mais poluídas do mundo encontram-se na China, e o próprio governo reconhece que mais de 250 núcleos urbanos do país possuem qualidade do ar inferior aos padrões considerados razoáveis internacionalmente.

A principal causa desse intenso fenômeno de poluição atmosférica é o forte e rápido processo de industrialização, lembrando que o país utiliza largamente o carvão mineral como fonte de energia. A China é o maior produtor mundial de carvão, e cerca de 70% de toda a energia gerada provém da queima desse combustível fóssil, que é extremamente poluente.

No que se refere aos recursos hídricos há no país áreas de crescente escassez, especialmente nas regiões norte e nordeste. Nesta, localiza-se Pequim, a capital. Além das óbvias consequências para os seres humanos, a falta do "ouro azul" é uma ameaça ao ritmo de crescimento dessa região.

O governo chinês vem planejando o projeto "faraônico" de transposição do rio Yang-Tsé, que tem sido criticado por ambientalistas, que veem na obra sérias ameaças ao equilíbrio ecológico. Pelo mesmo motivo, a construção da gigantesca Usina das Três Gargantas no mesmo rio também é alvo de críticas.

# "Tsunami": a onda mortal

O fim de 2004 ficou marcado pelo "tsunami" que atingiu 13 países da Ásia e da África. Nunca se saberá o total exato de vítimas fatais, embora os números apontem para mais de 300 mil. A quase totalidade das vítimas, cerca de 95%, era habitante da Indonésia, do Sri Lanka, da Índia e da Tailândia. Dentre os desastres naturais dos últimos 150 anos (erupções vulcânicas, terremotos e maremotos), o "tsunami" figura entre os mais mortíferos.

Esse evento é uma onda enorme ocasionada por distúrbios sísmicos e tem grande poder de destruição quando chega a uma região litorânea. O epicentro do fenômeno foi uma área do Índico, a cerca de 180 km do litoral norte da ilha de Sumatra (Indonésia), região situada na área de contato de duas placas tectônicas, a indo-australiana e a euro-asiática, que se sobrepuseram e geraram um abalo sísmico que atingiu 9 graus na escala Richter.

Os níveis de destruição das áreas atingidas estiveram condicionados, assim como em eventos similares, a um conjunto de fatores, dentre os quais a distância do epicentro, as características morfológicas do litoral, a ocupação e valorização econômica dos espaços litorâneos e as condições sociais das populações atingidas. A combinação desses fatores fez da Indonésia o país com maior número de vítimas, cerca de 80% do total. Foi também expressivo o número de turistas europeus que morreu quando desfrutava suas férias nos resorts das praias tailandesas. A imensa maioria de vítimas do Sri Lanka e da Índia era originária de populações pobres que moravam e desenvolviam suas atividades à beira-mar.

A área da Indonésia mais atingida foi a Província de Aceh,na ponta noroeste da ilha de Sumatra, uma das quatro grandes ilhas dentre as 15 mil que formam a Indonésia. Banda Aceh, capital da província, foi a cidade com o maior número de vítimas do "tsunami".

Aceh é um "território especial" da Indonésia por conta de seus fortes particularismos. Em virtude de sua localização, sempre foi mais voltada para a vizinha Malásia do que para a Indonésia. Cerca de 97% de seus habitantes seguem o islamismo, e a região é o mais antigo foco de expansão do Islã no país. O islamismo professado pela população local é mais rigoroso, bem mais acentuado que o praticado no restante do país.

Historicamente, a capital foi um importante polo de resistência à colonização holandesa e só foi submetida ao domínio da metró-

pole no início do século XX, depois de uma sangrenta resistência que durou trinta anos (1873-1903). Desse passado tumultuado, decorre a tendência crônica de oposição a qualquer tipo de poder central. Economicamente, Aceh dispõe de importantes recursos naturais, como gás e petróleo. Tradicionalmente, os líderes regionais se queixam do governo central (localizado na cidade de Jacarta, ilha de Java), que não repassa à província os dividendos compatíveis à exploração realizada.

Deve-se notar que catástrofes naturais como a ocorrida poderiam ser ao menos minimizadas, se houvesse um sistema de previsão e alerta no Índico, como já existe há cerca de 50 anos no Pacífico. Fruto da colaboração entre os Estados Unidos e o Japão, o sistema compartilha informações com os demais países do Pacífico. Infelizmente, não havia na região do Índico nenhum tipo de infraestrutura como essa.

Depois do desastre foram feitas reuniões internacionais para criar um sistema de alerta global de "tsunamis". O que aconteceu no Índico, foi um fenômeno até certo ponto inusitado e aumentou a preocupação de que um tipo de evento como esse possa ocorrer em qualquer área litorânea do mundo. A propósito, apesar de mínimo, existe o risco de o fenômeno atingir o Brasil. Há indícios de que em 1542, a recém-fundada vila de São Vicente, no litoral de São Paulo, tenha sido atingida por ondas que, supõe-se, chegaram a 8 metros.

Os caminhos do tsunami

# População mundial: previsões para o século XXI

Atualmente vêm se cristalizando importantes mudanças na composição e na dinâmica da população mundial. Apesar de muitas dessas transformações terem se iniciado nas últimas décadas do século XX, pode-se afirmar que, ao longo deste século, a população do planeta será maior, crescerá em ritmo mais lento, será cada vez mais urbana e também mais idosa do que foi nos últimos 100 anos.

Assim como ninguém que tenha vivido até 1930 conseguiu presenciar a população mundial dobrar de tamanho, tudo indica que nenhum ser humano nascido após 2050 viverá tempo suficiente para testemunhar esse fenômeno novamente. Nunca é demais recordar que o ritmo máximo de crescimento da população mundial foi atingido por volta da segunda metade da década de 1960. Se o total de seres humanos no planeta só atingiu seu primeiro bilhão no início do século XIX, atualmente esse número é incorporado à população mundial a cada 15 anos.

Segundo estimativas, em 2050 o planeta deverá abrigar um número pouco superior a 9 bilhões de habitantes, isto é, mais ou menos 2,5 bilhões de pessoas a mais do que possui atualmente. Esse aumento corresponde ao número de indivíduos que o mundo possuía em 1950. Nos dias de hoje, a cada ano são incorporados à população do planeta, cerca de 75 milhões de seres humanos, isto é, pouco menos da metade da população brasileira, ou cerca de quase duas vezes o contingente populacional da Argentina.

Todavia, a dinâmica do crescimento demográfico mundial é muito desigual. Estima-se que, ao longo dos primeiros 50 anos do século XXI, a população de alguns países asiáticos, como o Afeganistão e um grande número de nações da porção subsaariana da África (Libéria, Uganda, Burundi, Chade, Congo etc.), assistirá seu contingente populacional triplicar. Deve-se lembrar que esses países estão entre os mais pobres do mundo. Mesmo tendo taxas de mortalidade acima da média mundial, eles têm apresentado taxas de natalidade persistentemente altas. Nos países em questão, em média, uma mulher tem o dobro de filhos em relação à que vive nas nações mais ricas.

Cerca de metade do incremento populacional que ocorrerá até 2050 terá como "responsáveis"

nove países: Índia, Paquistão, Nigéria, República Democrática do Congo, Bangladesh, Uganda, Estados Unidos, Etiópia e China. A surpresa fica por conta da presença dos Estados Unidos nessa lista, fato explicado pelo alto número de imigrantes que o país deverá receber nas próximas décadas.

Além disso, pelo menos 50 países, a maioria de alto nível econômico, como a Alemanha, o Japão e a Itália, provavelmente reduzirão sua população em termos absolutos. Outros, embora com padrão econômico inferior ao dos países citados, caso da Rússia, também deverão ter a população diminuída. O exemplo russo é emblemático, pois reflete a falência dos sistemas públicos de saúde e o incremento de mortes causadas por câncer, doenças cardíacas, alcoolismo, suicídios e homicídios, decorrentes da brutal queda do padrão de vida após o fim da União Soviética.

Até a metade do século passado, o contingente de crianças com idade inferior a cinco anos era maior que o de pessoas com mais de 60. Atualmente, cada um desses grupos etários corresponde a 10% da população mundial, mas, daqui para frente, os idosos serão cada vez mais numerosos. Contudo, o envelhecimento da população não ocorre de forma semelhante em todos os países. Em 2050, nas regiões mais desenvolvidas do mundo, uma em cada três pessoas terá mais de 60 anos, enquanto nas áreas menos desenvolvidas elas serão cerca de 20% do total.

Mantendo as tendências demográficas observadas na atualidade, até 2050 a quase totalidade do crescimento da população mundial ocorrerá em áreas urbanas. Em 2007, o número de pessoas morando em cidades superou o contingente de pessoas vivendo no campo. As populações urbanas crescem mais rápido nos países pobres do que nos países mais ricos. Aproximadamente 60% do crescimento urbano nos países pobres será devido ao crescimento vegetativo ao qual será acrescido o êxodo rural, fenômeno que ocorrerá com maior intensidade no sul, sudeste e leste da Ásia e também na África subsaariana.

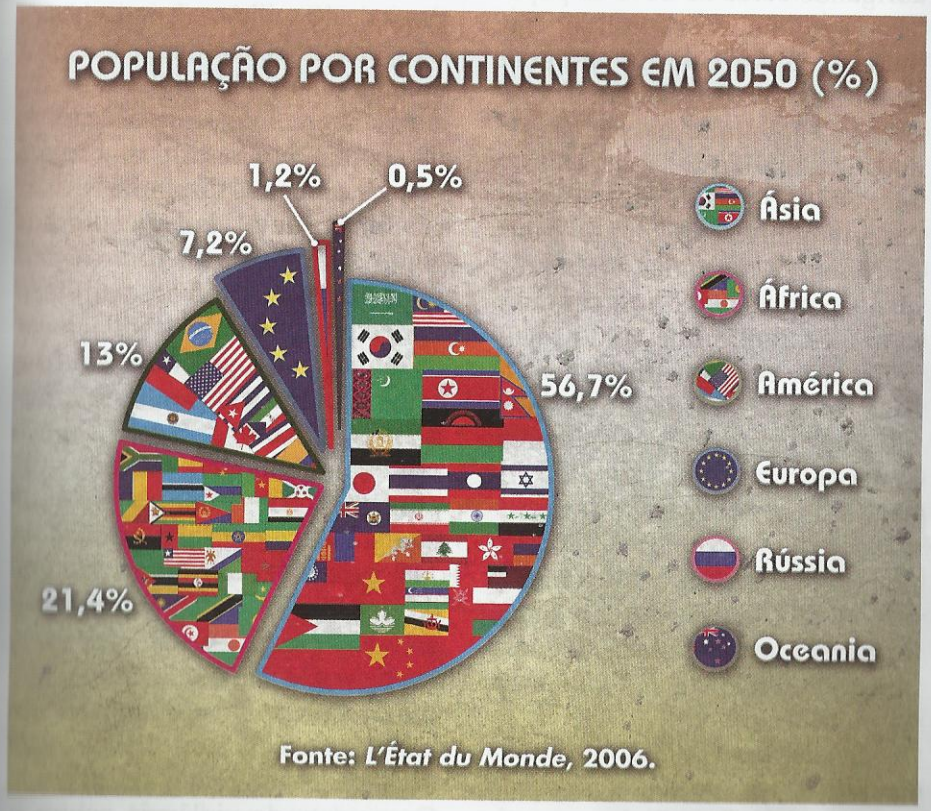
As projeções que indicam bilhões de pessoas a mais nos países pobres, de mais idosos no mundo, juntamente com a expectativa de um crescimento econômico mundial maior que o atual, levanta questões sobre o grau de sustentabilidade da população atual e futura.

A princípio, nosso planeta pode fornecer espaço e alimento para pelo menos 3 bilhões a mais de pessoas do que as existentes atualmente. O problema é que grande parte dos 6,5 bilhões de seres humanos que vivem hoje no



planeta não se satisfaz apenas em ter o que comer.

Segundo organismos internacionais que estudam o problema, estabelecendo-se relação entre alimentos, energia e recursos naturais, os habitantes da Terra já estariam consumindo na atualidade de cerca de 43,0% além da capacidade de reposição da biosfera, déficit que tem aumentado cerca de 2,5% ao ano. Se todos os seres humanos passassem a consumir o que consome um europeu ou um norte-americano, seriam necessários três planetas como o nosso!



# China: novas ameaças demográficas

Como se sabe, a China é o país mais populoso do planeta, abrigando cerca de 20% da população mundial. Esse contingente humano já era enorme na época da vitória da Revolução Comunista (1949). Vinte anos após essa data, a população havia saltado para 807 milhões de pessoas, graças, em grande parte, ao estímulo de Mao Tsé-tung, que via no aumento populacional um caminho para o engrandecimento do país.

O que era bom na época de Mao transformou-se num "problemão" para seus sucessores. Para conter a explosão populacional, não encontraram solução senão um rigoroso controle de natalidade colocado em prática no fim dos anos 1970. Não fosse assim, é provável que a população chinesa atingisse atualmente 1,6 bilhão de habitantes.

Desde então, o controle da natalidade é exercido segundo um princípio de prêmios e castigos, o que implica a concessão de vantagens para os que têm apenas um filho e rigorosas penas para os que transgridem a regra. O aborto é legalizado e pode ser feito com facilidade a custos relativamente baixos.

Além de seu tamanho, a população é fonte potencial de instabilidade devido à sua composição. A política de um só filho, aliada à habitual predileção dos chineses por crianças do sexo masculino, teve efeito colateral não calculado pelas autoridades. O número de homens já supera o de mulheres em cerca de 40 milhões de indivíduos, e especialistas acreditam que, por volta do ano 2020, milhões de jovens chineses do sexo masculino não poderão se casar por absoluta falta de parceiras disponíveis.

Tanto autoridades chinesas como especialistas de outros países acreditam que o desequilíbrio sexual da população pode levar ao aumento da violência dentro e fora da China. Enquanto no mundo nascem entre 106 e 107 bebês do sexo masculino para cada grupo de 100 bebês do sexo feminino, na China a relação média é de 117 para 100. Em alguns lugares da zona rural, o desequilíbrio chega a 130 para 100.

Segundo dados do último recenseamento, dos 40 milhões de homens "excedentes" pouco mais da metade tem menos de 20 anos. O aumento da violência contra o sexo feminino já é realidade no interior da China. O sequestro e venda de mulheres para camponeses que não conseguem casar são práticas toleradas em muitas regiões rurais, área onde vive cerca de 55% da população do país. O sequestro e a venda não se restringem só à China, mas já atinge mulheres de países vizinhos como a Coreia do Norte, Vietnã e Tailândia.

A preferência por filhos homens tem raízes culturais e econômicas. Além de serem mais valorizados na longa tradição confuciana da China, os bebês do sexo masculino são a garantia de aposentadoria dos pais, pois o sistema de seguridade social do país é precário, principalmente nas zonas rurais. Os filhos carregam a obrigação de cuidar de seus pais e avós na velhice, ao passo que as filhas saem de casa para se dedicar à família do marido.

Os filhos do sexo masculino não só garantem a aposentadoria dos pais como são mão-de-obra essencial na economia familiar da zona rural. Os casais que têm o primeiro filho do sexo feminino podem ter outro filho quatro anos depois, opção inexistente, se o primogênito for homem.

Há indícios de que o desequilíbrio sexual (o caso da China não encontra paralelo na história da humanidade) já causa e pode ainda causar inúmeros problemas. Estudos têm demonstrado que a maior parte dos crimes é cometida por homens jovens e sem laços familiares. Para reduzir a violência interna, governantes podem ser tentados a incentivar campanhas militares para as quais os jovens são necessários, decorrendo disso certas ameaças à estabilidade internacional.

A baixa taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida provocam outro problema: o rápido crescimento do número de idosos no país. Muitos especialistas afirmam que a China tem a sociedade que envelhece mais rapidamente em todo o mundo, o que coloca para o Estado o desafio de criar uma rede de seguridade social que ampare as pessoas quando elas não estiverem mais trabalhando.

Atualmente, a faixa etária referente às com mais de 65 anos corresponde a quase 9% da população, isto é, cerca de 115 milhões de pessoas. Segundo a ONU, uma sociedade está envelhecendo quando 7% dos seus habitantes têm mais de 65 anos.

Na China, o número de pessoas acima de 65 anos deverá chegar a 300 milhões por volta de 2027, cifra que será acrescida em mais 100 milhões em 2044, quando essa faixa etária representará aproximadamente 25% da população total.

O grande temor das autoridades chinesas é que a sociedade se torne velha antes de ficar rica, o que agravaria ainda mais as tensões sociais. Afinal, pelo menos 70% dos idosos não são amparados por nenhum tipo de aposentadoria, e uma parcela ainda maior não possui seguro-saúde, especialmente no campo, onde esses benefícios inexistem.

# Fluxos migratórios contemporâneos

As migrações internacionais nos últimos dois séculos podem ser divididas em pelo menos três fases distintas. A primeira delas, do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; a segunda, de 1945 até o início dos anos 1970, e a última é a que vem ocorrendo nos últimos trinta anos.

Uma da principais características da primeira fase reside no fato de que a grande maioria dos imigrantes era originária do continente europeu. Cerca de 50 milhões de pessoas deixaram o Velho Continente nessa fase. A intensa imigração teve como causa principal a forte pressão populacional resultante da explosão demográfica e pela qual os países do continente vinham passando desde meados do século XIX. É claro que a evolução dos meios de comunicação, especialmente aqueles relacionados à navegação transoceânica, em muito contribuiu para que tais fluxos acontecessem.

Os imigrantes eram originários de toda a Europa, mas os britânicos, italianos, alemães, espanhóis, russos e portugueses representavam mais de 80% do total. De maneira geral, eles se transferiram para países "novos" como os Estados Unidos, (aproximadamente 33 milhões de imigrantes), a Argentina (6,4 milhões), o Canadá (5,2 milhões), o Brasil (4,4 milhões) e a Austrália (3,0 milhões). Juntaram-se a esses fluxos aqueles formados por europeus que se dirigiram para as colônias.

Pouco mais tarde, o fluxo aumentou por conta dos asiáticos. Primeiramente os chineses e depois os japoneses imigraram para as terras do Novo Mundo. Por volta de 1880, a América do Norte recebeu cerca de meio milhão de asiáticos.

O fluxo se modificou no período entreguerras. Sua principal característica foi a diminuição numérica dos imigrantes, não só pelo alívio das pressões demográficas na Europa como também pelas consequências da Primeira Guerra Mundial. Contribuiu ainda de forma decisiva a adoção, por parte da maioria dos países tradicionalmente receptores, de leis que restringiam a imigração, especialmente àqueles que se dirigiam para os Estados Unidos. Por fim, a crise econômica desencadeada em 1929 contribuiu de forma significativa para a redução dos fluxos migratórios.

Depois da Segunda Guerra, os fluxos mudaram radicalmente. A Europa, com o fim do conflito, precisava promover sua reconstrução. Para isso, era necessário mão-de-obra não-qualificada a fim de desenvolver ocupações que um europeu "médio" não estava mais disposto a exercer. A Europa deixava de ser uma área essencialmente repulsora de população.

O continente europeu recebeu nessa época cerca de 13 milhões de imigrantes. Os principais países receptores foram a ex-Alemanha Ocidental, a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Suíça e a Holanda. À guisa de comparação, no mesmo período, os Estados Unidos receberam quase 3 milhões de imigrantes a menos.

A origem dos imigrantes também mudou. O Terceiro Mundo forneceu a maior parte dos imigrantes. Entre outras, as razões para deixar o país de origem ligavam-se à pressão demográfica que esses países passaram a sofrer. A bacia do Mediterrâneo forneceu aproximadamente 8 milhões de imigrantes (magrebinos, turcos, iugoslavos) e, ainda que a imigração de italianos e espanhóis para países e regiões mais desenvolvidas da própria Europa tenha diminuído sensivelmente nos anos 1960, os movimentos migratórios com origem em Portugal prolongaram-se pela década seguinte. Os demais fluxos em direção ao continente europeu vieram da África.

Já os imigrantes que se dirigiram aos Estados Unidos provinham do Caribe, México, América do Sul e América Central, além daqueles originários do Oriente Médio, do sul e do sudeste asiáticos.

Em meados da década de 1970, os fluxos migratórios denominados por alguns como "migrações de trabalho" diminuíram sensivelmente ou simplesmente estancaram, em razão da crise econômica e do aumento do desemprego. A imigração clandestina passou a ser o componente maior das migrações que se dirigiam para a Europa e para os Estados Unidos.

Em função do fechamento das destinações tradicionais, a imigração voltou-se para países como a Itália, Espanha, Portugal e Grécia, aproveitando a entrada destes três últimos na Comunidade Europeia. Tais países passaram a ter a função de "escala temporária" em direção aos que tradicionalmente acolhiam estrangeiros, como a Alemanha e a França.

Além disso, os choques do petróleo tiveram como efeito a diversificação dos fluxos, já que a "decolagem econômica" dos países produtores, como alguns do golfo Pérsico, a Lí-

bia, a Nigéria e Venezuela passaram a atrair imigrantes. Essa não foi uma migração durável nem familiar, pois, em virtude de conjunturas econômicas desfavoráveis, muitos dos imigrantes foram obrigados a voltar a seus países de origem. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os imigrantes de Gana expulsos da Nigéria, ou os da Tunísia que tiveram de deixar a Líbia.

Cerca de 7 milhões de pessoas dirigiram-se para países da região do golfo Pérsico, sobretudo as originárias de países próximos dos produtores de petróleo, e as que vinham da Ásia de sul e sudeste (filipinos, indianos e paquistaneses).

Atualmente, a maioria dos imigrantes continua a deslocar-se preferencialmente para os Estados Unidos e para a Europa. Em contrapartida, os países onde se originam os fluxos de saída são muito diversos. Um dos aspectos mais importantes dos recentes movimentos migratórios refere-se à composição da imigração. As leis restritivas, paradoxalmente, favoreceram a vinda legal de membros das famílias dos imigrantes já estabelecidos (mulheres e crianças) em detrimento de homens adultos que, por sua vez, passaram a trilhar cada vez mais o caminho da imigração ilegal.

Nas últimas décadas do século XX, a "imigração familiar" correspondeu a 55% dos imigrantes que entraram na Suíça, a 70% na França e a 90% na Bélgica. A acolhida de refugiados fez o número aumentar em razão da multiplicação dos conflitos regionais. No total, os Estados Unidos acolheram 5,8 milhões de pessoas entre 1980 e 1990 e, sem dúvida, quase esse mesmo número somente entre 1990-1995.

As leis norte-americanas de 1980 e 1986 tentaram regularizar cerca de 4 milhões de imigrantes clandestinos. As quotas, revisadas periodicamente, são fixadas e privilegiam a chegada de mão-de-obra qualificada e diplomada. As admissões passaram a ser bastante seletivas, e o imigrante do Terceiro Mundo, pobre, sem formação e sem falar a língua do país que o acolhe, praticamente não tem chance de ser aceito. Dependendo do caso, o acolhimento só é possível para refugiados políticos, cuja importância numérica é cada vez maior.

Segundo a ONU, em 1995, havia entre 120 e 130 milhões de pessoas vivendo fora de seu país, não sendo contados aí os indivíduos classificados como refugiados. A última década do século XX conheceu a diversificação das destinações. Os países mediterrâneos componentes da União Europeia passaram à condição de terra de acolhimento de imigrantes. Ao mesmo tempo, os fluxos migratórios acentuaram-se na Ásia de sudeste e de este.

Novos fluxos migratórios ligados à abertura das fronteiras da Europa de leste e da antiga URSS passaram a se dirigir especialmente à Alemanha. Antes da queda do Muro de Berlim, em 1989, viviam no leste europeu e na Rússia cerca de 4 milhões de alemães. Desses, mais ou menos a metade retornou ao solo da Alemanha unificada.

A Alemanha também acolheu aproximadamente um milhão de refugiados das guerras que se verificaram no território da antiga Iugoslávia, fato que reforçou ainda mais a condição de principal país de acolhimento de imigrantes no continente europeu. Hoje, em território alemão, existem por volta de 6,5 milhões de estrangeiros, cerca de um terço do total de imigrantes acolhidos por todos os 15 membros da União Europeia.



Os fluxos migratórios ocasionados pelo fim do bloco comunista são ainda malconhecidos, visto que o campo migratório continua aberto e amplo. Deve-se lembrar também que cerca de um milhão de judeus deixou a Rússia e se dirigiu principalmente para Israel.

As autoridades russas estimam que as trocas de população entre a Rússia e as ex-repúblicas que compunham a URSS envolveram no mínimo 10 milhões de pessoas. Fora isso, não se deve esquecer que existe algo em torno de 15 milhões de russos vivendo nas ex-repúblicas soviéticas.

Entre 1991 e 2000, os fluxos migratórios mundiais em direção à Europa norte-ocidental devem ter sido da ordem de 15 milhões de pessoas, metade delas vindas do antigo bloco soviético. O restante é originário do Magreb, da África em geral e da Ásia.

# Estados Unidos, potência demográfica

Na entrada do século XXI, assim como já vinha ocorrendo ao longo do século XX, os Estados Unidos constituem-se na maior potência financeira, econômica, tecnológica, militar e cultural do planeta. Todavia, a nação norte-americana é também uma potência demográfica. No final de 2006, o efetivo demográfico dos Estados Unidos atingiu a cifra de 300 milhões de habitantes, confirmando o país como o terceiro mais populoso do mundo. Esse número só é superado pela China (cerca de 1,3 bilhão) e pela Índia (quase 1,1 bilhão).

O crescimento populacional norte-americano foi muito rápido. Em 1790, quatorze anos após sua independência, o país possuía cerca de 4 milhões de habitantes; um século depois, a população tinha crescido mais de quinze vezes, chegando a 63 milhões. No século XX, entre 1945 e 2000, a população simplesmente duplicou.

As causas do aumento expressivo do contingente populacional estão ligadas ao contínuo excedente de nascimentos em relação às mortes e também à entrada significativa de imigrantes. Entre 1850 e 1930, os Estados Unidos receberam cerca de 38 milhões de imigrantes. No período entre 1930 e 1965, chegaram "apenas" 5,5 milhões, por conta de uma série de leis que restringiram o fluxo. Por fim, de 1965 até os dias atuais, entraram em território estadunidense cerca de 25 milhões de novos imigrantes. Atualmente, o número de estrangeiros residentes nos Estados Unidos corresponde a pouco menos de 10% da população total.

Do ponto de vista do crescimento vegetativo, pode-se dizer que os Estados Unidos estão concluindo sua transição demográfica. O crescimento, que em 1900 era de 1,5% ao ano, foi reduzido à metade na década de 1930. Todavia, essa queda na trajetória demográfica foi interrompida na década de 1950, quando houve retomada do ritmo de crescimento, fenômeno conhecido como *baby boom*. Nessa época, o país voltou a ter crescimento vegetativo similar ao registrado no início do século XX. Em seguida, o crescimento novamente diminuiu, atingindo em 2000 a cifra de 0,6%, resultado da taxa de natalidade de 15 por mil e da taxa de mortalidade da ordem de 9 por mil.

Entretanto, a dinâmica demográfica é bastante variável no que se refere aos aspectos regionais.

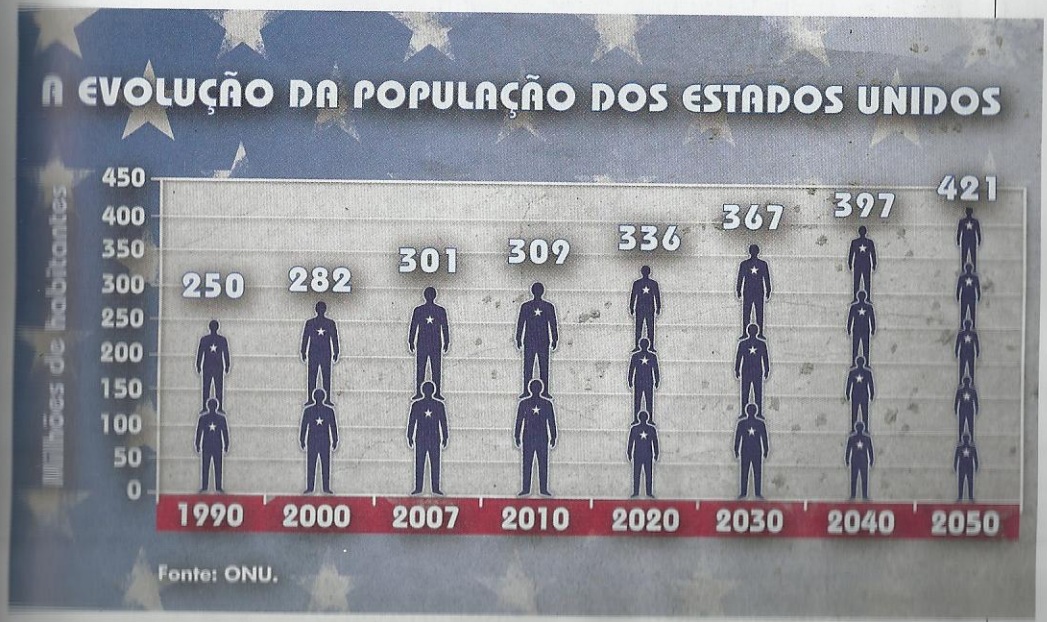




Assim, desde a década de 1980, o aumento mais expressivo da população tem ocorrido numa ampla área do sul e oeste do país, o chamado Sun Belt (Cinturão do Sol), que se estende, aproximadamente, do Estado da Flórida ao da Califórnia. Nos últimos 20 anos, a população da região sul dos Estados Unidos aumentou 25%, ao passo que o contingente populacional do oeste teve incremento de 43,5%. Desde 1970, mais da metade do crescimento populacional do país tem ficado por conta de cinco estados: Califórnia, Texas, Flórida, Arizona e Geórgia.

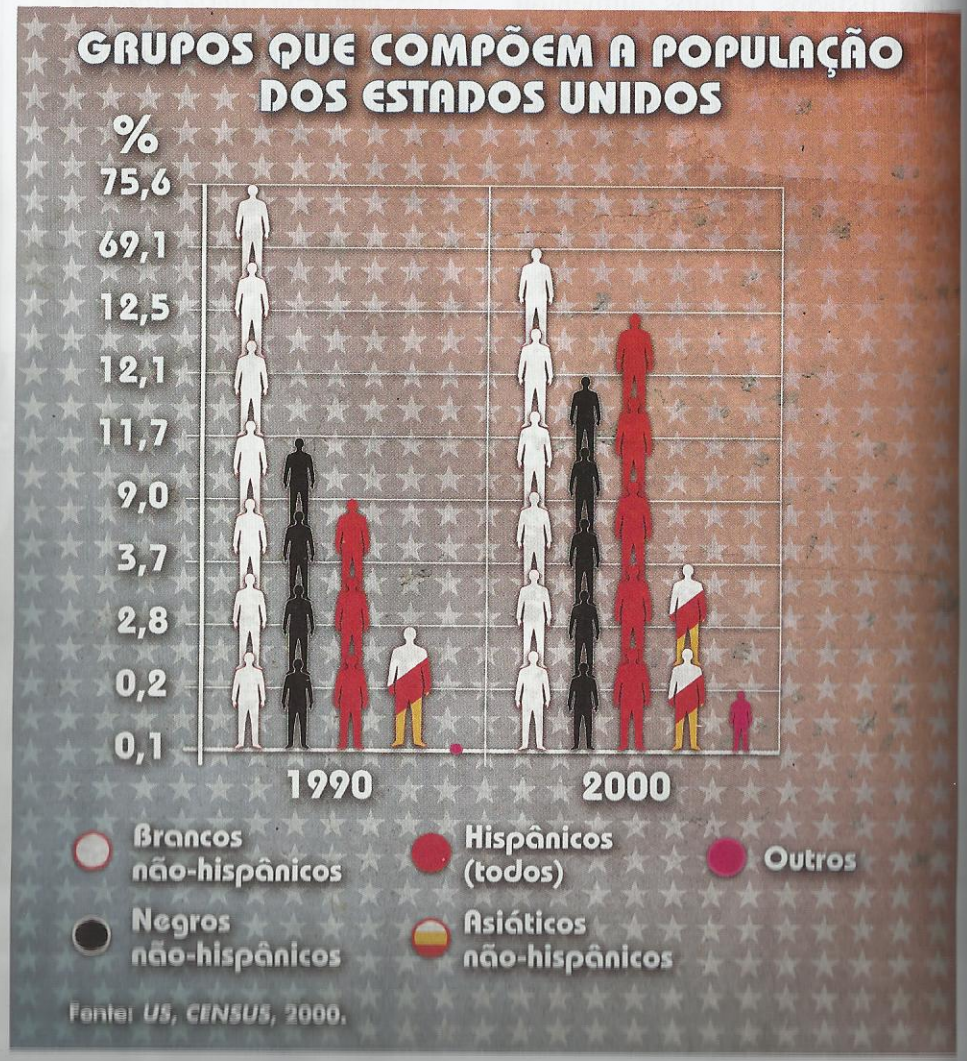
## A questão das minorias

Durante a última década do século XX, os Estados Unidos, além de passarem por uma profunda transformação econômica, também assistiram a importantes mudanças demográficas. Segundo os dados do censo 2000, na década de 1990, a população norte-americana foi acrescida de quase 33 milhões de indivíduos, aumentando de 248,7 milhões para 281,4 milhões de pessoas. Os dados revelam que esse foi o maior crescimento quantitativo já registrado no país ao longo de uma década.



Tal crescimento é explicado essencialmente pela aceleração do incremento da população de origem hispânica, que já era anteriormente expressiva. Os hispânicos representam mais de 35 milhões de indivíduos e ultrapassam o total de negros, cerca de 34 milhões na atualidade. Estimativas de órgãos do governo indicam que, em 2060, os americanos de origem europeia, os "anglos", serão menos da metade da população do país.

A minoria hispânica não forma um grupo homogêneo.






Ela não é identificada por critérios raciais ou nacionais, mas principalmente por aspectos linguísticos (fala o espanhol) e religiosos (segue o catolicismo). Atualmente, esse grupo constitui-se no principal elemento da imigração legal e ilegal que se dirige aos Estados Unidos.

Os hispânicos concentram-se nas regiões meridionais e ocidentais dos Estados Unidos, com a presença marcante de mexicanos nos Estados da Califórnia e do Texas, de porto-riquenhos em Nova York e de cubanos na Flórida.

Os negros representam uma minoria antiga, presente desde a época da escravidão, e hoje se constituem na segunda minoria mais importante dos Estados Unidos. Esse grupo, essencialmente urbano, adensa-se no centro — leste e sul do país. Em 1910, cerca de 90% dos negros concentravam-se no sul, região que hoje abriga apenas a metade desse contingente.

Os afro-descendentes, assim chamados atualmente, são majoritários em algumas cidades do sul e do nordeste dos Estados Unidos, caso de Washington, onde representam cerca de dois terços da população da capital, e de Nova York, a cidade com maior número de negros do país.

Os asiáticos, cujo crescimento triplicou nos últimos 25 anos, têm mais de 60% de seu grupo concentrado nas principais cidades dos estados localizados junto à costa do Pacífico.

Por fim, os "americanos nativos", depois de sofrerem verdadeiro genocídio durante quase cinco séculos, estão, devido à sua alta natalidade, "renascendo" demograficamente. São encontrados principalmente em reservas indígenas, especialmente no centro-oeste do país.

Socialmente, essas minorias apresentam indicadores de pobreza bem mais elevados que aqueles verificados em relação aos brancos. Assim, a taxa de desemprego entre brancos é mais ou menos 10%, enquanto a mesma taxa entre hispânicos e negros é, respectivamente, 15% e 20%. A minoria dos afro-descendentes é, historicamente, a que mais tem sofrido com as desigualdades sociais.

A análise da situação das minorias nos Estados Unidos demonstra a falta de capacidade do mais importante país do mundo em integrar seus cidadãos menos afortunados, que continuam a buscar aquilo que se convencionou chamar de "sonho americano".